



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História

Pietra Ida Leone Sol

**RAINHAS AFRICANAS E A LITERATURA ANTIGA:
AS REPRESENTAÇÕES DAS CANDACES NO
MEDITERRÂNEO ANTIGO**

CAMPO GRANDE / MS
2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**Faculdade de Ciências Humanas
Licenciatura em História**



Pietra Ida Leone Sol

RAINHAS AFRICANAS E A LITERATURA ANTIGA: AS REPRESENTAÇÕES DAS CANDACES NO MEDITERRÂNEO ANTIGO

Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de Monografia, apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciado no Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Professor Orientador: **Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos UFMS / FACH**

BANCA

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos – Orientador

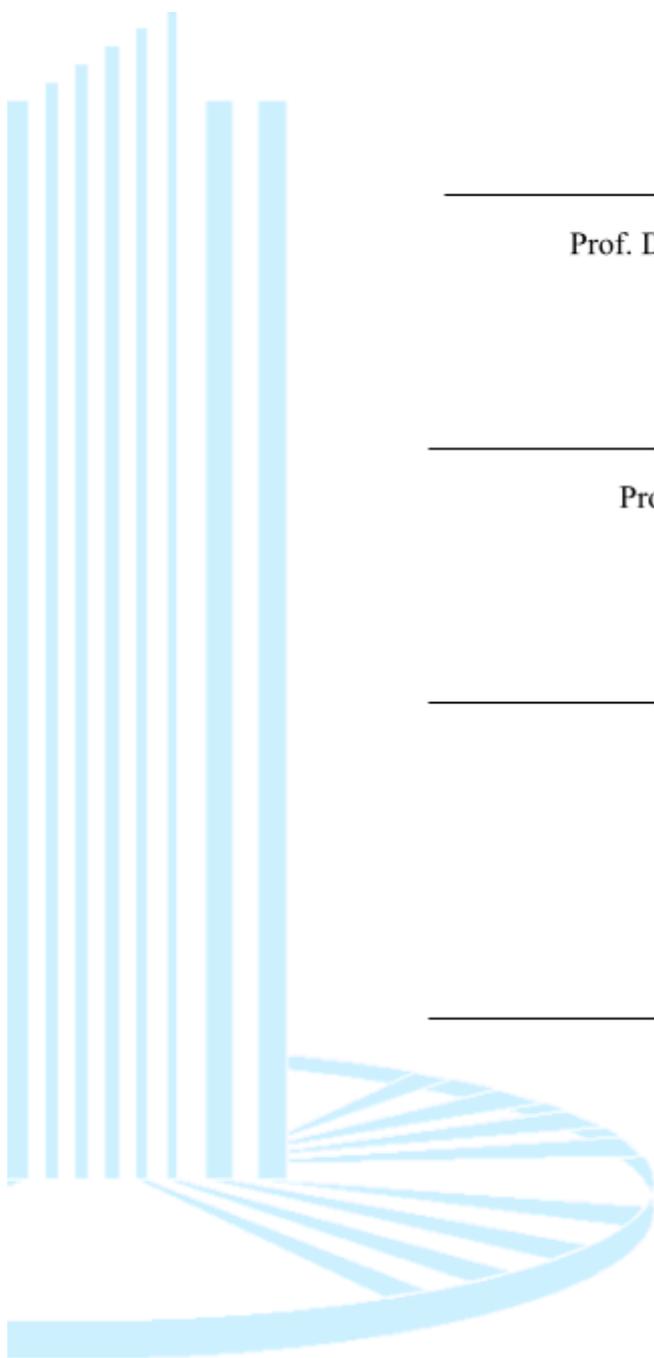
UFMS

Profa. Dra. Dilza Porto Gonçalves – Membro Titular

UFMS

Prof. Dr. Leandro Hecko – Membro Titular

UFMS



AGRADECIMENTOS

Durante a graduação, pude contar com o apoio de muitas pessoas para a superação de alguns desafios, e a elas gostaria de expressar meus agradecimentos. Gostaria, em primeiro lugar, agradecer a meus pais, Joyce e Robson, por todo o suporte, amor e incentivo durante minha vida. Sem vocês nada disso seria possível. Sei do quanto abdicaram para que eu pudesse ter sucesso e um diploma, a vocês dedico esse trabalho.

Ao meu orientador e professor, Carlos Eduardo da Costa Campos, expresso minha gratidão por todos os ensinamentos acadêmicos, profissionais e pessoais. Suas orientações e conselhos foram fundamentais para que minha graduação e algumas tomadas de decisão seguissem rumos certos, transformando meu processo de aprendizado em algo simples, gratificante e prazeroso.

Agradeço a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que me proporcionou, de forma gratuita, uma formação de excelência e pela infraestrutura oferecida, sendo fundamental para a realização deste trabalho. Sou profundamente grata por todos os conhecimentos adquiridos e pelas experiências que levarei para fora dos muros acadêmicos.

Do mesmo modo, sou grata a equipe do laboratório de pesquisa ATRIVM por todas as reuniões e debates construtivos, principalmente acerca deste trabalho. Poder fazer parte de um grupo tão diversificado fez com que eu pudesse entender o quanto cada um de vocês foi crucial para o meu desenvolvimento profissional e pessoal. Levarei comigo todas as conversas que tivemos durante esses anos.

Ademais, agradeço a minha família e amigos. Aos meus irmãos, Lee Augusto, pelo incentivo durante minha graduação e Larissa, por todos os momentos de confidencialidade não apenas na graduação, mas na vida, que foram cruciais para que eu pudesse continuar nos dias difíceis. Agradeço ao Gabriel, meu companheiro, por todo amor, apoio, amizade e suporte.

Aos pesquisadores que são membros da banca de TCC pelas análises e contribuições para a minha formação como profissional.

RESUMO

RAINHAS AFRICANAS E A LITERATURA ANTIGA: AS REPRESENTAÇÕES DAS CANDACES NO MEDITERRÂNEO ANTIGO

Esta pesquisa tem como objetivo explorar e analisar as representações de mulheres africanas na Antiguidade, com foco nas Candaces, rainhas do Reino de Kush, a partir da literatura Antiga. Nesse contexto, a partir das análises buscamos compreender como essas figuras e o continente africano são retratados em textos clássicos e quais seus impactos na compreensão da História da África Antiga. Nesse contexto, buscamos analisar as interações entre o Reino africano e o Império Romano, enfatizando a atuação das Candaces Amanirenas e Amanishakheto em negociações e confrontos políticos. Em nosso estudo, utilizamos publicações e pesquisas historiográficas que oferecem bases para novas interpretações sobre o papel das lideranças femininas africanas, revelando as relações diplomáticas e culturais entre os reinos africanos e o mundo mediterrâneo. Apresentamos ainda, estudos sobre a importância de compreender a África em seu todo, confrontando a visão eurocêntrica predominante na historiografia propondo uma perspectiva descolonizada para o ensino e pesquisa da História da África. O objetivo final é expandir o entendimento sobre o continente africano e suas mulheres, dando visibilidade a influência das Candaces no cenário Mediterrâneo, contribuindo para um ensino inclusivo que valorize a história africana no contexto mundial.

Palavras-chave: História da África Antiga; Reino de Kush; Império Romano; Representações; Candaces;

ABSTRACT

AFRICAN QUEENS AND ANCIENT LITERATURE: REPRESENTATIONS OF THE CANDACES IN THE ANCIENT MEDITERRANEAN

This research aims to explore and analyze representations of African women in Antiquity, focusing on the Candaces, queens of the Kingdom of Kush, as depicted in Ancient literature. Through these analyses, we seek to understand how these figures and the African continent are portrayed in classical texts and their impact on the comprehension of African History in Antiquity. In this context, we examine the interactions between the African Kingdom and the Roman Empire, emphasizing the roles of Candaces Amanirenas and Amanishakheto in political negotiations and confrontations. Our study utilizes historiographic publications and research that provide a foundation for new interpretations regarding the role of African female leadership, revealing the diplomatic and cultural relationships between African kingdoms and the Mediterranean world. We also present studies on the importance of understanding Africa as a whole, challenging the prevailing Eurocentric perspective in historiography and proposing a decolonized approach to the teaching and research of African History. The ultimate goal is to expand understanding of the African continent and its women, highlighting the influence of the Candaces in the Mediterranean context and contributing to inclusive education that values African history on a global scale.

Keywords: Ancient African History; Kingdom of Kush; Roman Empire; Representations; Candaces

SUMÁRIO

1	Introdução	8
2	História da África e Antiguidade: um campo de pesquisa e ensino	14
	2.1 A História da África entra em cena	14
	2.2 O lugar da História da África Antiga	19
	2.3 História da África e o Ensino de História Antiga	23
3	Discursos e representações sobre a África Antiga	26
	3.1 Discursos e representações literárias	26
	3.1.1 Heródoto e a África Antiga	27
	3.1.2 Estrabão e a África Antiga	29
	3.1.3 Plínio e a África Antiga	31
4	As representações das mulheres africanas na literatura do Antigo Mediterrâneo: As Candaces em cena	35
	4.1 A literatura Antiga e a representação feminina	35
	4.2 As representações das mulheres egípcias	37
	4.3 As representações das Candaces	40
5	Considerações Finais	52
6	Referências	55

1 INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa tem como objetivo destacar alguns pontos importantes da História Antiga a partir de sua produção como ciência, que permanece em constante debate e crítica, delimitando o foco de análise na área da História da África Antiga. Estas questões serão examinadas a partir de um debate historiográfico, com o propósito de estabelecer a sua importância na construção da historiografia africana antiga, além de associá-las à História criada pelo ocidentalismo.

A disciplina de História Antiga é frequentemente reduzida ao senso comum de que serve apenas para compreender como e de onde viemos. Dificilmente associa-se com a influência na formação do ser contemporâneo (isso visto de qualquer lugar do mundo), ou seja, a formação de uma identidade a partir da memória. Fortemente ligado ao que Gilberto da Silva Francisco (2017, p.38) debate como 'História dos inícios' em 'O lugar da História Antiga no Brasil', em que 'início' estaria ligado a uma organização temporal baseada em preceitos ocidentais.

Aos poucos, a visão sobre a História Antiga vem sendo transformada. Contudo, isso não implica necessariamente em um aprimoramento ou no melhor uso da disciplina, especialmente quando se trata da história de povos que, por muito tempo, não utilizaram a escrita como principal meio de preservação de seus feitos. Da mesma forma, a própria História Antiga do Brasil só ganhou destaque após o contato com os europeus. Como destaca Norberto Luiz Guarinello (2010, p.52), segundo esse argumento, o Brasil só passaria a "existir" a partir da produção escrita ocidental, integrando-se à História da Europa e deixando à margem toda a sua história anterior.

Essas negligências trazem à tona um importante debate sobre a necessidade de estudar a História Antiga sob uma perspectiva crítica, especialmente no caso de países que, por muito tempo, foram considerados periféricos em uma produção historiográfica majoritariamente europeia. Como mencionado anteriormente, no Brasil, a discussão envolve um produto moldado a partir de uma História Tradicional, que se prende à conjuntura de um Estado, reforçando cada vez mais a elite ocidental e o apagamento de suas verdadeiras raízes (Guarinello, 2010, p. 49-50). Para corrigir essa lacuna, é essencial ouvir as vozes e experiências silenciadas, bem como valorizar a memória ancestral preservada pela oralidade de seus povos.

Nesse sentido, temos o maior exemplo dessa necessidade de ressignificação, a História Oriental. Estamos falando aqui do que Edward W. Said (2007, p.27-28)

nomeia de Orientalismo, que é um modo de se abordar o Oriente através da experiência europeia, unicamente como instrumento de dominação. De mesmo modo, André Bueno (2004) nos apresenta logo de início em “Introdução ao Orientalismo” duas questões importantes para a formulação dessa pesquisa e que confrontam tal orientalismo: Porque estudar História Oriental e Porque não estudá-la? Suas respostas foram adaptadas a principal problemática que constitui o pilar de análise e resultado aqui pretendido.

O autor usa a história das civilizações asiáticas em toda sua complexidade atual para expor sua ideia central, o que considero de mais importante para dar ênfase aos estudos de História Antiga africana, assim como no cenário brasileiro, que é “como poderíamos compreender seus feitos modernos sem reconhecer suas bases de formação?”. Junto a isso, critica o uso de fontes modernas para os estudos do Oriente e do antigo, retomando a ideia de uma construção histórica a partir de visões ocidentais, mais precisamente europeias, resultando em uma superficialidade em estudos mais amplos e o apagamento de tradições próprias do Oriente na construção do conhecimento histórico e científico. As observações feitas pelo autor a partir do Oriente podem e devem ser aplicadas no cenário africano e brasileiro.

Deixando cada vez mais claro a necessidade de uma reorganização do quadro de identidades e, principalmente, uma História Antiga alternativa, na qual propõe a reavaliação para os lugares que tiveram suas histórias reais afastadas dos holofotes acadêmicos (Francisco, 2017, p.43). Para o Brasil essencialmente, trará assim o aspecto real da construção de uma identidade e memória nacional entregues de seus nativos e outros povos que fizeram parte da construção da bagagem cultural brasileira, os africanos, mesmo que forçada e involuntariamente.

A História Antiga é eurocêntrica, mas não é, em absoluto, a História da Europa (Guarinello, 2010, p.52), sendo assim, devemos praticá-la como um exercício de alteridade, ao oferecer-nos um espaço para pensar o outro, distante no espaço e tempo de modo ímpar de observação crítica de esquemas, identidade e memória (Francisco, 2017, p.53-54). Os impactos dessa reformulação da História Antiga estão diretamente ligados ao movimento pós-colonial e a descolonização das construções e visões históricas, a fuga de uma generalização em que estamos a todo momento submetidos como observadores. Pode-se observar que o próprio sistema educacional tende a reproduzir esse perigo de uma história única como elenca Chimamanda Ngozi Adichie (2019), de forma que influencia e moldam as visões sobre o outro de uma maneira tão corriqueira que não incomoda aqueles que a reproduzem.

É necessário cada vez mais produções e especialistas nativos de suas próprias histórias serem inseridas nos currículos das escolas e academias. Estudar e ensinar História Antiga é, de fato, apresentar realidades e vivências que construíram e estão constantemente presente na essência humana de cada história, em cada espaço do mundo.

O tema principal desta pesquisa é pautado em uma análise da construção da grande potência africana antiga, Reino de Kush, que teve como origem a união de uma parte do Antigo Egito e com o território que constitui o atual Sudão, a partir da XXV Dinastia do Egito. Partindo do pressuposto de uma África para além de Egito e Cleópatra, usaremos de toda nossa atenção para uma análise sobre as representações das Candaces¹ Meroítas nos discursos literários da Antiguidade. Como base de desenvolvimento, usaremos o discurso sobre uma possível participação direta de uma dessas rainhas em uma batalha contra as tropas romanas de Augusto, presentes na narração de Estrabão em *Geographia*. Essa é uma das raras ocasiões em que Meroé e o Reino de Kush aparecem no cenário da história universal, especialmente com uma mulher sendo comandante. Depois do saque de Assuã pelos meroítas - momento que provavelmente foi roubada a estátua de Augusto, cuja cabeça foi descoberta internada sob a soleira da porta de um dos palácios de Meroé (Leclant, 2011, p.280-281) -, a rainha conduziu negociações de paz com os romanos.

Pretendemos assim, através de um resgate da história das Candaces Meroítas, expor o reino africano de Kush em sua complexidade estrutural essencialmente pela presença de lideranças femininas, por muito tempo apagadas ou negligenciadas da história, junto com todos seus feitos de governamentais em lugares de poder.

O objetivo geral deste trabalho é evidenciar a participação das Candaces Amanirenas e Amaníshakheto nos ambientes de poder romano, destacando seu papel na interação entre o Império Romano e o Reino de Meroé. Para isso, os objetivos específicos incluem: analisar as interações entre Roma e Meroé, observando como a participação dessas rainhas africanas é representada na literatura; apreender a importância das Candaces na construção e permanência da soberania do Reino de Kush e apresentar, por meio dessas figuras femininas de poder, um novo viés sobre a História da África Antiga, oferecendo uma perspectiva diferenciada para o ensino de História.

Como já assinalado, este trabalho se apoia a um debate e um levantamento historiográfico sobre a disciplina de História Antiga, especificamente a História da

¹ Transcrição do título meroíta Kdke, de acordo com a tradução dos autores clássicos.

África Antiga. Entre os autores utilizados, pode-se citar André Bueno (2016), Norberto Guarinello (2010), e Gilberto da Silva Francisco (2017), voltados para a área da História Antiga, tanto em sua produção quanto sua aplicação no ensino.

Devido a escassez de textos da própria região, utilizaremos a literatura clássica grega e romana, dos quais também conotam alteridade e certo apagamento diante desses povos, principalmente sobre as candaces Amanishaketo e Amanirenas. Logo, se trata de uma leitura em contraponto, que permite a compreensão temática de forma contextual e através da sistematização das representações². Tais rainhas poderiam ter participado diretamente em momentos da história de Alexandre, o Grande e Augusto, que teve uma cabeça de bronze encontrada em Meroé, a menos de 200 km de Cartum (Adam & Vercoutter, 1980, p.225).

As Candaces do Sudão são apresentadas de maneira superficial na historiografia, sendo raramente mencionadas. Nesse sentido, a busca pelos feitos de seus reinados exige uma análise detalhada das histórias, relatos e discursos realizados ou encomendados, especialmente no contexto das figuras históricas de Alexandre e Augusto.

Uma análise quantitativa realizada na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) revela que entre 1987 e 2022, existem aproximadamente 509 dissertações e teses que abordam temas sobre a África Antiga. Contudo, esses trabalhos não discutem diretamente o tema das Candaces. Em uma pesquisa específica pelos nomes das Candaces, foi encontrada apenas a dissertação de Fernanda Chamarelli de Oliveira, intitulada “Formas de Representação das Candaces na Cultura Material em Kush (I a.C e I d.C)”, publicada em 2021.

No Google Scholar, a busca é mais abrangente: existem cerca de 109 mil resultados sobre a África Antiga, com artigos que exploram amplamente a vida e a cultura desse período, além de sua aplicação no ensino de História. No entanto, percebe-se um foco maior no Egito Antigo, em detrimento de outras regiões africanas. Entre os pesquisadores destacados, Raisa Barbosa Wentelemn Sagredo produziu um extenso trabalho sobre o Egito Antigo. Em sua dissertação “Raça e Etnicidade: Questões e debates em torno da (des)africanização do Egito Antigo” (2017), a autora discute o Egito em seu contexto africano, mencionando também a Núbia. Essa área tem

² Em “Dicionário de Semiótica” (1979) de Algirdas Greimas e Jules Courtés, a representação é utilizada na semiótica (análise dos signos e dos significados) para organizar e dar sentido a símbolos, de modo que eles expliquem algo de modo estruturado. Em suma, representação é o uso de algo para mostrar ou simbolizar algum objeto ou para representá-lo a uma realidade diferente (1979, p.382).

despertado crescente interesse no Brasil, como demonstram trabalhos como a dissertação de Fábio Amorim Vieira (UFRGS), intitulada “Os filhos da Núbia: Cultura e deslocamentos na África Antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307 a.C)” (2017).

Além disso, Cristiano Pinto de Moraes Bispo é um autor relevante com foco na África Antiga e sua aplicação nos currículos escolares. Sua produção “Candaces: Dois discursos, duas representações” (2009) é de particular interesse, pois destaca a atuação militar da Candace como rainha-mãe, que liderou tropas etíopes em batalhas contra os romanos. Bispo também explora a representação dessas rainhas em desfiles de Carnaval, como no desfile da Escola de Samba Salgueiro de 2007, o que reforça a relevância dessas figuras históricas na cultura contemporânea.

Seguindo essa linha de pensamento, seu trabalho “Ensino de História e os novos desafios curriculares: Discursos, Representações e Formação de professores” traz à tona discussões sobre a História da África e o legado africano no Brasil, ancorando-se na Antiguidade para novas abordagens sobre a complexidade cultural e étnica do continente. Bispo apresenta questões significativas que merecem debate na formação de professores e na construção de uma abordagem histórica que valorize a herança africana no contexto educacional brasileiro. Cristiano Bispo menciona que:

“Pesquisadores engajados na construção de uma escola multicultural, que contemplasse as necessidades de uma sociedade democrática, lançaram discussões acerca de um currículo apropriado para que afro-brasileiros construíssem uma identidade não associada apenas às máculas da escravidão” (Bispo, 2010, p.60)

Convergemos com a ideia de Bispo sobre a essencialidade da implementação de dois novos discursos para a formação de professores e alunos quando se trata da história africana, a ancoragem seria nos temas existentes nos livros didáticos e divulgação das informações sobre a África na Antiguidade (Bispo, 2010, p.64-66), reformulando aquela história de passagem, rápida e sem alguma profundidade. Além disso, o discurso sobre a África produzido na Antiguidade, em especial pelos gregos, remete a uma descrição pouco explorada pelos estudos africanistas, que faz com que muita história fique esquecida nas páginas das antiguidades.

Para realizar a presente pesquisa de caráter bibliográfico, partimos de uma revisão abrangente sobre o tema das Candaces africanas inseridas no contexto augustano. Essa revisão inclui um debate historiográfico sobre os estudos realizados acerca dessas rainhas, do continente africano e de seus povos. Além disso, este trabalho

compreende um levantamento comentado de documentação escrita e iconográfica, sob uma perspectiva crítica que dialoga com a historiografia e as fontes disponíveis.

Embora a análise de discurso proposta por Greimas (1979), não tenha sido aplicada diretamente nesta pesquisa, ela serviu como referência metodológica para fundamentar nossa abordagem crítica. Tal perspectiva foi essencial na análise das obras de autores clássicos, como o grego Estrabão (século I AEC) em *Geographia* e os romanos Plínio, o Velho (século I EC) em *Naturalis Historia* e Dião Cássio (século III EC) em sua obra *Historia Romana*, especialmente o livro 54. Também recorremos a Heródoto em *História*, Livro II, III e IV (século V AEC).

Esse trabalho, ao mesmo tempo que delinea um tema e constitui um campo de pesquisa, não se propõe a aplicar metodologias específicas de análise, mas sim a desenvolver uma visão crítica sobre o material levantado. Nosso enfoque é voltado para as mulheres africanas, especialmente as Candaces e as egípcias, abordando suas representações por meio de bibliografia específica e documentação relevante.

É imprescindível ressaltar como uma historiografia de viés eurocêntrico tem impactado o estudo da Antiguidade no Brasil, muitas vezes relegando a África Antiga a um segundo plano. Nesse sentido, nossa pesquisa busca destacar a relevância acadêmica e histórica de novos enfoques que promovam uma construção identitária mais inclusiva, ancorada em perspectivas africanas. Assim, contribuímos para o avanço das ciências históricas e para o fortalecimento de estudos sobre o continente africano, que foram negligenciados durante séculos.

No capítulo 2, *História da África e Antiguidade: um campo de pesquisa e ensino*, analisamos o desenvolvimento da disciplina de História da África nos currículos universitários e escolares, enfatizando as possibilidades para o ensino da História da África Antiga. No capítulo 3, *Discursos e representações sobre a África Antiga*, focamos nas representações do continente na literatura da Antiguidade. No capítulo 4, *As representações das mulheres africanas na literatura do Antigo Mediterrâneo: as Candaces em cena*, exploramos as representações das mulheres africanas, em destaque a documentação escrita/iconográfica sobre as egípcias e as Candaces, problematizando as formas como foram retratadas.

2 - HISTÓRIA DA ÁFRICA E ANTIGUIDADE: UM CAMPO DE PESQUISA E ENSINO

2.1 A HISTÓRIA DA ÁFRICA ENTRA EM CENA

A palavra África é polissêmica e deve ser pensada de forma plural. Afinal, África pode ser vista como uma província da área de domínio romano. *Africa*, também pode ser concebida como uma região ensolarada. Dessa forma, há vários termos para se referir a esse território como: *Aprica*, *Apriké*, *Pharikia*, *Faraga*³, Sudão, “terra dos homens negros”. As várias Áfricas formam um continente que, por muito tempo, foi denominado de diversas formas por diferentes povos do mundo e que, até hoje, não se pode definir um único termo. Uma terra de solo fértil, de sol ardente e repleta de povos e culturas que foi palco de olhares curiosos em busca de conhecer o outro.

Entretanto, a História da África, em sua pluralidade, esteve por muito tempo relegada à margem da historiografia. Sofreu e ainda sofre demasiadamente a mazela do esquecimento. Joseph Ki-Zerbo (2010, p.32) pontua que sua história “foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse”. Perpetuada pelos europeus nos séculos XVIII e XIX, cria-se com base eurocêntrica, de acordo com Vinicius Moretti Zavalis (2018, p.21), o pressuposto de que os países africanos não teriam povo, nação e nem Estado, não teriam passado e muito menos uma história.

O continente africano e seus habitantes estiveram sob a ótica de estudiosos muito antes das Grandes Navegações ou dos períodos imperialistas e colonialistas que se sucederam. Falamos aqui dos viajantes gregos e latinos da Antiguidade, como Heródoto (século V AEC), Estrabão (século I AEC) e Plínio, o Velho (século I EC), que tiveram como foco de suas descrições a região setentrional do continente africano. As primeiras reproduções exteriores acerca do continente mencionaram o seu clima elevado, por chamar atenção dos escritores clássicos, desenvolvendo mecanismos para observar o “Outro exótico”, como aponta Anderson Ribeiro Oliva (2007, p.19).

Nesse primeiro momento da História da África, percebemos a busca desses escritores em descrever as diferenças de hábitos alimentares, relação com a natureza,

³*Aprica*, termo latim para “ensolarado”; *Apriké*, termo grego para “isento de frio”; *Pharikia*, termo fenício com o significado de região das frutas, assim como *Faraga*, que exprime a ideia de separação, de diáspora (Ki-Zerbo, 2010, p.31).

costumes políticos e características físicas. Tais diferenças ocorreriam por conta das condições geográficas-climáticas. Sendo assim, não temos, nesse início da escrita, excepcionalmente, um interesse em contar a história dos povos africanos, suas invenções, suas vitórias de guerra, costumes e crenças a fim de resguardá-las para a humanidade, como fizeram para seus reis, governadores e imperadores.

O que temos na Antiguidade Clássica, a partir de Heródoto, e que se seguiu para os demais estudiosos clássicos, eram descrições pautadas nas diferenças dos costumes greco-romanos, em uma perspectiva mítica e geográfica. De acordo com Boubou Hama e J. Ki-Zerbo (2010, p.24) era como se os povos africanos estivessem imersos e afogados no tempo mítico, em um vasto oceano sem margens nem marcos, enquanto os outros povos percorriam a avenida da história, imenso eixo balizado pelas etapas do progresso. Essa alteridade presente nas obras apresenta-se a fim de reforçar as próprias qualidades das etnias dos escritores, que se orgulhavam de seus modelos políticos de “civilização” e do “ser civilizado”. As diferenças culturais com os povos africanos estavam ligadas com essa visão do “ser civilizado” e a impossibilidade desses povos de alcançarem esse status. Os etíopes, por exemplo, se encontravam além das fronteiras da civilização e devido às condições ambientais extremamente hostis em que se encontravam se tornaria impossível esses povos se civilizarem. Uma inferioridade marcada não pela cor de sua pele, mas especialmente pelas condições climáticas daquele continente e sua falta de organizações políticas estilo greco-romana, como aponta Oliva (2007, p.45). Tal falta de desenvolvimento pontuada na Antiguidade faz ligação com a ideia de Walter Rodney (1975, p.12) de que no passado, desenvolvimento sempre significou o fortalecimento da aptidão de conservar a independência do grupo social e, na realidade, para infringir a liberdade dos outros.

Sendo assim, a influência do pensamento e moldes comparatistas de autores da Antiguidade se perpetuaram por anos à frente. O imaginário do medievo europeu construiu a imagem de uma população excentricamente animalesca, causada pelas altas temperaturas (Oliva, 2007, p.46). Além disso, a teoria de que os primeiros habitantes da África seriam todos descendentes de Cam⁴ e carregariam as marcas de sua maldição e

⁴ Os descendentes de Cam - Cus, Mesraim, Phut e Canaã – teriam ocupado uma vasta região que se estendia do sul da Síria até o norte africano e originado os povos da região - Cus teria gerado os Etíopes; Mesraim os Egípcios; Phut os Trogloditas; e Canaã os Afri (africanos) e os fenícios -; seus descendentes deveriam receber a mesma punição ou carga negativa de seu antepassado, e, assim se transformariam também alvos da maldição Divina lançada contra Canaã (Oliva, 2007, p.48-49).

de seu ato pecaminoso teve sua importância na constituição da nova imagem do continente. Agora, o mal estaria fortemente relacionado com a cor negra dos etíopes.

O imaginário teológico, juntamente com o desenvolvimento da cartografia ao fim da Idade Média, a partir do que se conhecia das descrições de comerciantes, construíram, de acordo com Katiúscia Quirino Barbosa (2013, p.1), especulações míticas sobre a existência de terras e habitantes na região africana. Seus temores sobre a força e do desconhecido do oceano afastaram, até o século XV, os viajantes e exploradores dos limites além do Ocidente. Com as novas demandas políticas e econômicas de Portugal, insere-se nesse momento uma expansão territorial (Barbosa, 2013, p.2).

Mesmo com o contato entre povos, a demonização dos hábitos do continente africano continuou sob o mesmo olhar pejorativo de imorais e diabólicos. O imaginário do “fantástico” permaneceu mesmo após essa relação. O que teremos acerca da produção referente ao continente está relacionado aos relatos desses viajantes do século XV a XVIII. Assim como os escritores da Antiguidade, suas atenções estavam marcadas na descrição dos aspectos geográficos africanos, bem como das potencialidades em recursos naturais. Nesse sentido, Anderson Oliva argumenta que:

Os diários, memórias e crônicas de viagens ou ainda os relatórios oficiais escritos pelos inúmeros marinheiros, enviados diplomáticos, comerciantes, militares, missionários e exploradores que percorreram a costa e o interior africano, dos séculos XV ao XVIII, seriam umas das principais fontes para a tentativa de se conhecer um pouco melhor as sociedades africanas anteriores aos europeus. Mesmo com todas as restrições que se acercam de tais relatos, esses textos constituem material suficiente para ocupar, por um bom tempo, grande número de historiadores (Oliva, 2004, p.14).

Essa modalidade de descrição, já vivenciada durante a Antiguidade, nos mostra a permanência dos mecanismos de se observar o Outro, a rejeição e inferiorização para melhor dominar. Explicado também por Barbosa (2013, p.3) como o conhecimento e reconhecimento do “outro” que apresenta valores e crenças opostas, não pode ser aceita e deve ser posto como inimigo, uma vez que é vista como perigosa e danosa para os princípios que norteiam o “eu”. Sendo assim, de modelo político e civilizatório greco-romano, difunde-se para uma Europa oriunda de um modelo complexo civilizatório e religioso, que seria superior a qualquer outra população. Oliva (2004, p.15) elenca que esses relatos permaneceram carregados de preconceitos e representações negativas nos três séculos seguintes, até o final do XVIII, e os africanos continuaram sendo descritos como seres inferiores, mesmo sendo a peça-chave nas relações econômicas estabelecidas entre os europeus no Atlântico.

Por serem a fonte de riqueza advinda de uma exploração forçada e violenta, o ato de diminuir e negar toda e qualquer história de um povo, tornou-se um mecanismo europeu consciente de dominação e manipulação. Não se exalta, ou sequer se cita, a grandiosidade de um povo e continente fruto de suas riquezas, enquadra-se o continente em um status de subdesenvolvido que exprime uma relação particular de exploração, nomeadamente a exploração de um país por outro, como explica Walter Rodney (1975, p.26). É perigoso escutar e reproduzir ao mundo a história dos povos que tiveram suas riquezas e invenções retiradas à força, uma vez que podem buscar por justiça.

Então, a “História da África” que se produziria a partir do século XVIII e XIX seria a História dos Europeus no continente africano, uma História colonial. Essa narrativa imperialista, que se formava na diminuição do outro, estava pautada em uma perspectiva eurocêntrica de História, que não se ocupava do passado da África por ver na Europa o único elemento fundador da sua sociedade (Zavalis, 2018, p.21). O século das Luzes e a forte tendência ao progresso constante não davam espaço para nada além das suas próprias revoluções.

O rumo da então atual disciplina História do século XIX foi marcada pela responsabilidade de legitimar os Estados Nacionais europeus a partir de documentos oficiais. Assim, a História das conquistas dos heróis colonizadores deveria retratar apenas o importante para sua própria glória, não havendo espaço e nem tempo para a retratação de uma sociedade que estaria, de acordo com seus moldes, congelada no tempo e não possuía nenhuma perspectiva de progresso.

A combinação do espírito científico e o interesse imperialista, sobretudo em razão do paradigma hegeliano⁵, culminam em uma legitimação da necessidade de uma dominação europeia sobre os africanos para deixarem de ser “primitivos” e “tribais” para serem civilizados. As teorias do Darwinismo Social e do Determinismo Racial alocaram definitivamente os africanos nos últimos degraus da evolução das “raças” humanas. Infantis, primitivos, tribais, incapazes de aprender ou evoluir, os africanos deveriam receber a benfazeja ajuda europeia por meio das intervenções imperialistas no continente (Oliva, 2004, p.17). Vemos isso a partir de René Cagnat, em *O exército romano da África* (1892), quando escreve: “Nós podemos, portanto, sem medo

⁵ Friedrich Hegel (1995, p.84) elenca que a “principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, [...] o africano ainda não chegou a essa distinção de si como indivíduo e de sua generalidade essencial. Por isso, carece também do conhecimento de uma essência absoluta, que seria um outro, superior a ele mesmo”. Evidenciando e reforçando a superioridade do “outro” ocidental, como figura salvadora dos povos africanos, levando a eles a consciência de ser humano, ser civilizado, ser cristão.

comparar nossa ocupação da Argélia e da Tunísia àquela das mesmas províncias africanas pelos Romanos. Como eles, nós conquistamos gloriosamente a região, como eles, nós asseguramos a ocupação, como eles, nós tentamos transformá-la à nossa imagem e ganhá-la para a civilização” (Cagnat, 1913, p.776 *apud* Lepelley, 2016, p.421).

No século seguinte, aguçou esse olhar “científico” que se desenvolvia na Europa. A tarefa de estudar o excêntrico povo africano ficou a cargo da Antropologia para reafirmá-los como selvagens e tribais e legitimar o seu novo desenvolvimento científico. O aumento gradativo de expedições arqueológicas, mesmo que com intuito de saqueamento dos artefatos revelaram as complexas elaborações nos campos da arte estatuária, da produção agrícola, da arquitetura, das organizações sociais e do pensamento existente na África (Oliva, 2007, p.72). A partir da segunda metade do século XX, o cenário da História da África é marcado por uma revolução dos estudos do continente, um novo ambiente político, ideológico e imaginário. A presença europeia e o aumento das universidades fizeram com que se ampliasse as abordagens metodológicas da escrita e trouxesse à tona a bagagem da História africana.

O movimento de descolonização, o início da ruptura com a História Tradicional, os impactos da Primeira Guerra Mundial, as lutas pela independência e a emergência das Ciências Sociais trouxeram a África para o centro do mundo. Carolline da Silva Soares (2019, p.247) denomina esse período como uma corrente historiográfica da *Superioridade africana* ou da *Pirâmide Invertida*, conhecida também como *Afrocêntrica*. Com um sentido comum de luta pelo movimento pan-africanista e o engajamento teórico da negritude⁶, a redefinição da autoestima, possibilitou a inserção político-social das populações africanas e afro-americanas. A História Oral passa a ser vista como um instrumento essencial para a construção de uma História da África científica (Barbosa, 2008, p.51).

Emerge uma necessidade de ressignificar sua verdadeira identidade, opostamente construída durante séculos pelo ocidentalismo. Reivindicar a sua história para além do vitimismo e romper com a humilhação e o sofrimento marcado pelo colonialismo e a escravização. Elencar seus papéis como agentes históricos nos anais da história mundial e evidenciar um inimigo comum torna-se essencial para erradicar a

⁶ A negritude seria utilizada como um dos mais sintomáticos e recorrentes expedientes para a reconstrução da identidade africana na segunda metade do século XX (Oliva, 2007, p.76).

suposição de inferioridade dos negros. Assim, a supervalorização do continente visa igualar os feitos históricos africanos aos dos europeus, como apontado por Ki-zerbo:

Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens “esquecidas” ou perdidas. Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro (Ki-Zerbo, 2010, p.32).

A aproximação com outras áreas da ciência, como a arqueologia, a antropologia e a linguística, possibilitou a ampliação das investigações para um rumo além da geografia ou da curiosidade do “diferente” e, desenvolveram seus heróis e os encantos sobre suas contribuições. Um afrocentrismo necessário para desvincular a imagem negativa criada pelos europeus.

A diversidade temática possibilitou uma análise e interesse real pelo cotidiano da História africana, com seus desafios reais além de seus novos heróis. Desde a participação e influência na literatura, política, arquitetura e medicina, até suas devastadoras epidemias e mazelas, pertencentes a qualquer sociedade humana. Problemas e soluções são postos em cena a partir do final do século XX.

2.2 O LUGAR DA HISTÓRIA DA ÁFRICA ANTIGA

De acordo com Edjalma Nepomoceno Pina (2022, p.201), a partir da metade do século XX, os autores africanos que surgiam naquele período debruçaram-se sobre a Antiguidade em busca de uma grandiosidade, uma recuperação de perspectiva histórica negada na fase inicial do colonialismo. As obras que se destacam nessa tentativa são "*Nations nègres et culture*", de Cheikh Anta Diop (1954), e "*Consciencism*", de Kwame Nkrumah (1962).

O modelo “afrocentrista”, foi proposto por Cheikh Anta Diop, cuja aposta residia na anterioridade e superioridade de uma civilização africana matrilineal para o mundo; e o modelo “africano”, proposto por Joseph Ki-Zerbo, cujo acento foi colocado nas dinâmicas e processos históricos endógenos. Deste modelo resultaria, aliás, o projeto mais bem-sucedido de uma perspectiva africana descolonizada, a coleção História Geral da África, patrocinada pela UNESCO (Macedo, 2017, p.12).

A África sempre apresentou elaborações complexas na arte estatuária, na produção agrícola, na arquitetura, nas organizações sociais e do pensamento (Oliva,

2004, p.2020). No entanto, nessa perspectiva de resgatar a grandiosidade do continente, sua complexidade foi reduzida aos feitos dos povos egípcios, realizado por uma documentação puramente textual e iconográfica, produzida pelas elites egípcias⁷ em todos os períodos de sua história, como nos alerta Rennan Lemos (2020).

Além disso, no que se refere à Antiguidade, João Carlos Furlani (2019, p.17) apresenta que as demais localidades africanas são diluídas dentro dos limites do *orbis romanorum*⁸ e classificadas como regiões pertencentes à unidade imperial greco-romana. Ou ainda, foram reduzidos a um papel secundário ou até mesmo descontextualizado de sua espacialidade. É inegável a presença e influência romana em Alexandria, Cartago, Egito, Meroé e outras civilizações. Contudo, é fundamental destacar que as organizações sociais e políticas, assim como a diversidade artística da África, já existiam antes do domínio romano. Já existiam antes mesmo de um domínio romano.

A dicotomia presente nas correntes narrativas que ascenderam na metade do século XX nos faz, hoje, retomar as metodologias e adaptá-las para o novo ambiente acerca da História da África. O uso das fontes materiais e orais ainda deve ter seus lugares na pesquisa da Antiguidade, visto que existiram muitos povos ágrafos e com raros escritos ainda indecifráveis. Para demonstrar a agência dos reinos e impérios africanos em sua particularidade, os relatos de Heródoto, Estrabão e Plínio, o Velho, são valiosas ferramentas (Pina, 2022, p.201).

Desse modo, a produção de uma História da África Antiga, através da análise do discurso⁹ de escritores da Antiguidade, pode nos ajudar a valorizar o conflito e a relação de força entre os povos ditos como “dominadores e dominados”, destacando, na verdade, as inter-relações, as coexistências e o hibridismo cultural entre os povos romanos e diversos reinos africanos, como o Reino de Kush.

É evidente que a África Antiga é negligenciada em comparação com períodos posteriores, entretanto, a História da África Romana é ainda mais, pois é

⁷ “Hoje em dia, com a escavação de contextos associados as não-elites no Egito e no Sudão, nossa visão sobre a sociedade egípcia é muito mais diversa e complexa, uma vez que a arqueologia oferece acesso direto a populações mal representadas em textos produzidos por aqueles que as dominaram” (Lemos, 2020, p. 496).

⁸ Mundo romano.

⁹ O discurso é um processo de significação em que cada unidade de sentido se insere em um todo maior, indo além das palavras envolvendo todas as manifestações culturais que transmitem sentido. Ou seja, o discurso articula um conjunto de elementos que constroem uma visão de mundo, em que seus valores e representações são estruturados e transmitidos estabelecendo camadas de sentido repetitivas que tornam uma mensagem consistente e coerente para o ouvinte ou leitor, representando uma visão de realidade (Courtés; Greimas, 1979, p.125-130)

frequentemente percebida como uma simples “história dos romanos na África” (Pina, 2022, p.201). Claude Lepelley (2016), ao tratar da dicotomia entre uma inferioridade africana a partir de sua romanização¹⁰ e uma superioridade africana antes das trocas entre povos¹¹, vai ao encontro dos pressupostos de Lemos (2020) ao evidenciar uma desconfiança em relação à utilização de autores da Antiguidade para problematizar a história do continente africano, e uma certa exaltação do uso da documentação arqueológica, pois “oferece acesso direto a populações mal representadas em textos produzidos por aqueles que as dominaram” (Lemos, 2020, p.496).

Em contraponto a isso, Marcelo Rede (1996, p.276) elenca que seria uma ilusão pensar que um objeto incorpora seus atributos morfológicos, fisiológicos e semânticos em um único ato criador e os mantém por toda sua trajetória. Tal afirmação nos chama a atenção para evidenciar, novamente, que a produção historiográfica na Antiguidade tem grande valia na produção de uma História da África Antiga e que, em consonância com a cultura material, nos possibilita enxergar a existência de outros caminhos discursivos. Não se deve invalidar uma metodologia em detrimento da outra.

A dialogicidade entre as análises históricas e outras fontes, assim como a trajetória dos objetos ao longo do tempo, é fundamental para serem interpretados conjuntamente pelas lentes do presente. Convergimos com a ideia de Pina (2022) de que

A visão romana sobre um outro africano, ainda que eivada de preconceitos, é parte da história dos povos africanos, especialmente se essa visão foi disseminada por autores que nasceram e cresceram no norte da África, uma região de contatos culturais efervescentes que esteve voltada ao Mediterrâneo desde antes da colonização romana (p.19).

A perspectiva dos autores da Antiguidade amplia os horizontes acerca das interpretações sobre o continente africano, que muitas vezes é reduzido ao momento da escravidão ou, ainda, conhecido recorrentemente apenas como um lugar de miséria, fome e doenças. Carolline da Silva Soares (2019, p.263) chama atenção para o fato de que devemos conhecer a fauna e a flora, o teatro, a música, a poesia, a medicina, os pensadores, a engenharia que orientou a construção das pirâmides do Egito e as matemáticas que foram utilizadas. Entretanto, a dissociação dessa imagem a partir de momentos e agentes históricos presentes na literatura antiga vai além das já conhecidas. Ao incorporarmos a participação direta de rainhas, além de Cleópatra, reforçamos o

¹⁰ Para os historiadores coloniais, a dominação romana havia trazido a paz, a civilização, uma prosperidade sem precedentes e que não seria jamais igualada no futuro (Lepelley, 2016, p.426).

¹¹ A essa visão idealizada da África romana era agora contraposta aquela de uma dominação estrangeira brutal, fundada na opressão e na espoliação da população autóctone (Lepelley, 2016, p.426).

movimento constante e as trocas culturais e comerciais entre romanos e africanos, como é o caso das Candaces Amanishaketo e Amanirenas.

Desse modo, o lugar da História da África Antiga encaixa-se no reconhecimento e valorização das contribuições africanas, colaborando para uma positividade eficaz acerca da História da África e da cultura afro-brasileira (Soares, 2019, p.263). O contato e o interesse pelo continente africano, relatados pelos autores clássicos da Antiguidade, destacam ainda as intensas negociações entre os dois povos. Podemos citar, como exemplo, o saque de Assuã pelos meroítas. De acordo com Jean Leclant (2011, p.280-281), logo após a empreitada, provavelmente foi roubada a estátua de Augusto, cuja cabeça foi descoberta internada sob a soleira da porta de um dos palácios de Meroé a menos de 200 km de Cartum, em que Amanishaketo ou Amanirenas¹², conduziu negociações de paz com os romanos, participando diretamente da história de Alexandre, o Grande e Augusto¹³.

Os estudos desenvolvidos no Brasil, geralmente, como ressalta Soares (2019), possuem enfoque na relação afro-brasileira. Faltam então, pesquisas que ressaltem a África Antiga no contexto e complexidade anteriormente citada, as fontes literárias produzidas na antiguidade. Visto que não há a possibilidade de fazer da história da África e seu ensino, uma coleção de fatos relevantes para certos grupos sem de fato fazer alguma ligação entre si.

A História da África e de sua Antiguidade, são postas como momentos isolados, em que um povo não teve contato com o outro e, se tal contato ocorreu, um conseqüentemente deve dominar o outro. A condição de dominado e dominador é persistente quando a História da África e sua Antiguidade são debatidas. José Maria Gomes de Souza Neto (2015, p.428) afirma que a Antiguidade é formada por civilizações estanques, onde os egípcios e mesopotâmicos nunca se encontram e toda a Antiguidade Oriental se encerra com o início da história grega, que, por sua vez, deixa de existir após os romanos.

Para evitar que essa perspectiva errônea histórica sobre a África continue, a construção da História da África e sua Antiguidade não pode mais ser retratada como meros receptores de outras civilizações, nem mesmo aparecer como pertencente a uma

¹² Segundo a lista de soberanos elaborada pelo arqueólogo Hintze, a soberana da narrativa de Estrabão trata-se da Candace Amanishakheto que teria governado de 41 a 12 AEC (Bispo, 2009, p.8).

¹³ (Adam; Vercoutter, 1980, p.225).

história estática nas produções acadêmicas. O perigo dessa reprodução poderá respingar no campo de mais importância na (re)construção de pensamentos: o ensino.

2.3 HISTÓRIA DA ÁFRICA E O ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA

Na maior parte das vezes, o continente africano é apresentado aos alunos e às alunas unicamente sob a perspectiva da escravidão, sem passado e sem uma história além disso. Kabengele Munanga (2015, p.29) evidencia que a memória da escravidão no Brasil é ora esquecida ou negada, ora descrita negativamente como uma simples mercadoria ou uma força animal de trabalho. Tanto as migrações históricas quanto as contemporâneas continuam a desafiar a coexistência pacífica e os direitos humanos como um todo. Nesse sentido, é importante implementar políticas que visem o respeito e o reconhecimento da diferença, buscando engendrar uma nova cidadania por meio de uma pedagogia multicultural. Vinícius Zavalis pontua que:

Na prática pedagógica, o currículo é uma construção social que racionaliza ou organiza o conjunto de conhecimentos que serão construídos na Escola pelos professores com os alunos. Esse currículo pode ser entendido não só como “o que” deve ser ensinado aos alunos e alunas, mas também o porquê ou “com qual objetivo” esses conteúdos devem ser ensinados na Escola (Zavalis, 2018, p.28).

O Brasil, como um país nascido do encontro de culturas e civilizações, mesmo em circunstâncias violentas, tem papel central na construção de um novo viés multicultural. Após a III Conferência Mundial da ONU contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância, realizada no ano de 2001, no Brasil, dois anos depois, com a Lei 10.639, introduz a obrigatoriedade do ensino da História da cultura afro-brasileira e da História da África em todas as escolas brasileiras, o que possibilita uma infinidade de interações com as demais áreas do conhecimento, não só entre as paredes da sala de aula. As mudanças chegaram às universidades, aos museus e patrimônios, aos meios de comunicação e, conseqüentemente, chegou à população brasileira.

Entretanto, mesmo após 21 anos de sua implementação, a lei não é plenamente aplicada (Assumpção; Campos, 2020, p. 67). Quando não ocorre o reducionismo de sua história a partir do período da escravização europeia do seu povo, no campo da História Antiga, as atenções são reduzidas para as civilizações do Egito Antigo, ensinadas de maneira distorcida, sobretudo em relação ao período greco-romano, a partir de pressupostos de um currículo eurocêntrico. Marina de Mello e Souza (2012, p.18) nos

chama atenção para que a causa dessa dificuldade em ensinar a História da África decorre também de parte do material didático. Estes apresentam problemas quanto à forma de expor os temas, muitas vezes reforçando estereótipos e frequentemente demonstrando um conhecimento muito precário no que diz respeito à história da África. Mesmo quando há exceções, que buscam desenvolver um ensino do continente de modo mais diversificado, Souza (2012, p.19) aponta que:

Alguns professores, para atender à lei ou por interesse particular, propõem medidas às coordenações das escolas nas quais dão aulas, sem serem ouvidos. As ações tomadas nesse sentido ficam, então, geralmente restritas às iniciativas pontuais e individuais, que além de não terem apoio institucional muitas vezes são mal vistas pelos colegas e superiores (Souza, 2012, p.19).

Como expõe Anderson Ribeiro Oliva (2008, p.1), por conta da repetição sistemática de ideias e fatos, as visões criadas da África representam e sintetizam uma longa história das relações entre os ocidentais e os outros. A ciência histórica produzida na Europa a partir do século XIX, desconsiderou a história da África e a negou ao resto do mundo, retirando o direito de conhecimento sobre a identidade dos povos que foram escravizados durante séculos. Se hoje a África, os africanos e toda sua história sofrem de apagamento e desvalorização, nós, historiadores, temos também culpa disso. Cabe a nós, historiadores e professores da contemporaneidade, corrigir o erro cometido por nossos colegas de profissão e trazer de volta à luz as mais diversas histórias desses povos.

Para se ter um ensino de História da África adequado, devem-se realizar estudos e pesquisas adequadas. Estes devem formar e atender às bases dos novos currículos escolares em todos os níveis de ensino. Foi só muito recentemente que as universidades passaram a desenvolver investigações sobre a História da África em períodos anteriores à colonização europeia no continente, como a África Antiga (Soares, 2019, p.251). O que foi amplamente produzido e ensinado nas escolas está relacionado aos estudos da história e cultura afro-brasileira em si, negligenciando toda a diversidade do continente (Assumpção; Campos, 2020, p. 68).

De acordo com Souza (2012, p.21-22), uma vez que os professores pouco sabem acerca das sociedades africanas, seus sistemas de pensamento e os processos históricos por elas vividos, apresentam dificuldade além daqueles apresentados a eles. Sendo assim, somente teremos condições de entender as manifestações afro-brasileiras e o lugar que seus descendentes ocuparam no passado, assim como ocupam no presente, quando conhecermos essas sociedades africanas antigas e contemporâneas, além do

Egito, bem como suas histórias e processos que nos ligam no contexto da sociedade brasileira como um todo.

O ensino e estudos adequados da História da África, assim como o de seus povos, são importantes para entendermos o impacto e influência de suas civilizações na construção da cultura brasileira e da humanidade como um todo. Além disso, é um caminho para formar a identidade dos alunos afrodescendentes e para lutar contra o racismo (Zavalis, 2018, p.31). Maria Regina Candido (2018, p.21), defende, assim como nós, a construção de uma História Antiga da África, contextualizada e problematizada em suas narrativas, a partir de todos materiais provenientes da Antiguidade Mediterrânea. Afinal, como Segundo a autora, o resgate da vasta produção de conhecimentos em ciências, domínio da metalurgia e crenças religiosas possibilita reconhecer que nós, brasileiros, herdamos algumas práticas culturais. A História da África Antiga permite trazer à tona suas mais complexas pluralidades, entre elas, a presença feminina nos espaços de poder.

3 DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A ÁFRICA ANTIGA

3.1 DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS

Os discursos e representações literárias da Antiguidade possuem múltiplos significados, frequentemente ocultos nas entrelinhas e influenciados pelos governantes da época. O discurso pode ser definido como uma palavra em movimento, que carrega em si características sócio-históricas e se apresenta como uma mediação essencial entre o homem e a realidade natural e social. Eni P. Orlandi (2003, p. 15-17) explica que a Análise do Discurso trabalha especialmente com a relação entre a linguagem e sua exterioridade, considerando o sentido dimensionado no tempo e no espaço, e revelando como a linguagem, materializada na ideologia, se manifesta na língua.

Ao analisar pessoas em espaços de poder representados em documentos literários, a historiografia frequentemente dialoga com os estudos de Algirdas Julius Greimas, por meio da Análise Semiótica do Discurso. Carlos Eduardo da Costa Campos (2017, p. 260-262) destaca a vertente greimasiana, enfatizando a eficácia do método para sistematizar e desvendar os significados existentes em um texto. Isso se torna crucial, dado que existem inúmeras maneiras de atribuir significado a um discurso.

Com base nisso, compreendemos que a comunicação, independentemente de sua forma, é um ato recorrente de inclusão ou exclusão de significados. A partir de uma análise aprofundada, é possível identificar como tais significações se manifestam no discurso (Greimas, 1973, p. 50). Nesse contexto, a semiótica emerge como uma ferramenta indispensável para o estudo de textos antigos, permitindo a construção de análises interpretativas que combinam descrição, reflexão e explicação sobre o conteúdo textual, bem como sobre o que ele expressa e para quem é narrado (Campos, 2017, p. 260).

Essas perspectivas têm sido fundamentais no processo de leitura e organização do pensamento, especialmente nas revisões bibliográficas realizadas até o momento, sobre as representações, discursos e narrativas acerca da África e de suas mulheres. Isso destaca a importância de enxergar além do que está escrito, pois, como vimos, o homem produz e constrói suas narrativas a partir de interesses próprios, que muitas vezes negligenciam ou omitem os acontecimentos reais.

Para complementar as análises discursivas e suas representações literárias, recorreremos aos conceitos de disforização e euforização de Algirdas Greimas e Jules Courtés (1979). No campo semiótico, a disforia representa uma forma de interpretar experiências de maneira negativa dentro de uma estrutura de significados (Greimas; Courtés, 1979, p. 130), enquanto a euforia valoriza os microuniversos de significado de forma positiva (Greimas; Courtés, 1979, p. 170).

Antes que os discursos sobre o continente africano fossem moldados por preceitos ocidentalistas, escritores clássicos como Heródoto, Estrabão e Plínio, o Velho, já haviam feito descrições e considerações acerca da África Antiga.

3.1.1 HERÓDOTO E A ÁFRICA ANTIGA

Em *Histórias* (IV, 145-205) de Heródoto, a construção da narrativa sobre a África Antiga baseia-se na “barbárie” Líbia, que se contrapõe à “civilidade” grega. Para ele, o território separa-se em três áreas, delimitando-se em costa oeste, costa leste e interior¹⁴. Refere-se aos seus habitantes do interior como indivíduos nômades, selvagens, com traços inumanos. Como exemplo dos Trogloditas, eles, “[...] se alimentam de cobras, lagartos e outros répteis; quanto à língua, falam uma que com nenhuma outra se parece e dão gritos agudos como os morcegos (Htd., IV, 183, 4). Assim, percebemos a escolha do autor pela descrição dos hábitos mais “exóticos” dos líbios, relacionando-os com a selvageria, considerando os líbios aculturados segundo os padrões gregos.

¹⁴ Oeste: habitada por fenícios cartagineses e por líbios sedentarizados, influenciados pela cultura púnica; Leste: ocupada por helenos (cireneus) e por autóctones que lhes imitavam os usos e costumes e Interior: além do habitat das bestas selvagens

Imag. 1: O mundo conhecido para Heródoto (Gonçalves, 2017)



Contrapondo a depreciação dos povos Líbios, Heródoto, em alguns trechos, exalta práticas egípcias em relação aos gregos, bem como se aproxima de seus costumes, como em dizer que

Foram os egípcios que primeiro fizeram questão, por princípios religiosos, não ter relações sexuais com as mulheres em templos ou entrar em um templo após tal relação sem lavar-se. Quase todos os outros povos são menos cuidadosos neste assunto do que os egípcios e gregos, e consideram um homem como qualquer outro animal (Hdt., II.64.1).

A aproximação com os egípcios, sem nenhum tipo de aversão, pode ser vista pela questão de, para ele, estarem seguindo o padrão de costumes gregos, como a “pureza” no exercício da religiosidade. A aprovação de Heródoto da prática religiosa egípcia, também exercida pelos gregos, faz com que desaprove, na verdade, aqueles que ainda não adotaram tal prática, reforçando o estereótipo do “não grego” como animais. Em outras passagens, exalta a primazia dos egípcios em ramos do conhecimento humano dos quais os gregos também produzem, por exemplo, ao citar a medicina deles é tão avançada e especializada entre eles, que cada médico é um curandeiro de uma doença e nada mais (Hdt., II. 84.1) e ao falar da eficácia do calendário egípcio, sendo este “mais justo do que o dos gregos” conforme o escritor:

Mas quanto aos assuntos humanos, este foi o relato em que todos concordaram: os egípcios, disseram eles, foram os primeiros homens que contaram por anos e fizeram o ano consistir de doze divisões das estações. Eles descobriram isso das estrelas (assim disseram). E o seu cálculo é, a meu ver, mais justo do que o dos gregos; pois os gregos acrescentam um mês intercalário a cada dois anos, de modo que as estações concordem; mas os

egípcios, contando trinta dias para cada um dos doze meses, acrescentam cinco dias em cada ano sobre o total, e assim o círculo completo das estações é feito para concordar com o calendário (Htd., II.4.1).

Observa-se uma nítida tendência à disforização em relação à Líbia, retratando seus habitantes como seres monstruosos e animais, enquanto o Egito, tratado como uma parte separada da África, é alvo de uma euforização, com alguns de seus costumes sendo aproximados dos gregos. Essas descrições abriram igualmente um leque de possibilidades inoportunas que reforçaram uma imagem depreciativa, posteriormente adotada pelo orientalismo em relação ao norte da África. Ao mesmo tempo, a adoração seletiva do Egito contribuiu para essa distinção. Diversos autores identificaram no Império Romano e em seus discursos um campo propício para legitimar a dominação colonial, como afirma Belchior Monteiro Lima Neto (2020, p. 2-4).

3.1.2 ESTRABÃO E ÁFRICA ANTIGA

O Décimo Sétimo Livro de *Geografia*¹⁵, escrito por Estrabão, apresenta um discurso construído por um observador externo às regiões do Egito, Etiópia e África¹⁶. Desse modo, definiu o território da Líbia¹⁷ como uma espécie de ilha circundada pelo Oceano ou Mar Exterior. De acordo com Alaide Matias Ribeiro (2022, p.60-147), Estrabão enuncia que a forma esférica de toda a Terra ocorre como consequência da constituição da totalidade mas não a modifica, portanto, produz diferentes disposições e diferentes mundos habitados. Para Estrabão, a Líbia é a menor parte do orbe habitado, caracterizada por poucos recursos e um interior predominantemente desértico. Destaca que seu território é composto por três zonas principais, Maurúsia (Str., XVII, 3. 2), Cartago (Str., XVII, 3.14) e Cirene (Str., XVII, 3.21), descrevendo-as de forma geograficamente prática acerca dos aspectos marítimos, populacionais, socioeconômicos e da flora e da fauna.

¹⁵ Formada por dezessete livros, foi produzida no final da República e no início do Império Romano, particularmente, sob os principados de Augusto e Tibério. A Geografia de Estrabão deve ser compreendida como um discurso produzido de acordo com um código linguístico (a língua grega, especificamente, o koiné) que está configurada como livro e que se destinou à comunicação de um determinado grupo (Ribeiro, 2022, p.87).

¹⁶ O mesmo vale para Heródoto e todos os outros escritores que escreveram sobre espaços do qual não viviam.

¹⁷ A Líbia de Estrabão corresponde ao norte da África (setentrional), da costa atlântica até o Nilo, em especial, os territórios a ocidente e ao sul do Egito (Ribeiro, 2022, p.59), sendo analisada no terceiro capítulo do livro XVII.

Quando analisamos sua descrição sobre a território, percebemos o enfoque naquilo que, segundo Estrabão, é oportuno¹⁸. Ao descrever seus habitantes, considera-os um povo numeroso, próspero e florescente que, em sua maioria, ainda leva uma vida nômade (Str. XVII. 3. 2-6). Levantamos a teoria de Jehan Desanges (2017, p. 102) de que o escritor não teve nenhuma experiência pessoal da África entre o Atlântico e o Egito, assim, sua obra pode ser resumida como majoritariamente acadêmica, a partir de fontes literárias e de informações que circulavam em Roma e pelo Império Romano, considerando a descrição da Líbia como “a-histórica”, livre da exigência de unidade temporal. Entretanto, convergimos com a argumentação de Ribeiro (2022, p.95-96) ao considerar que a Líbia de Estrabão, mesmo que inventada ou artificial, constitui uma realidade para seu autor, e, de certa forma, é uma obra com uma abordagem científica que exclui a ficção (Desanges, 2017, p.102).

Em uma passagem sobre a presença romana no território africano, Ribeiro expõe sua interpretação e tradução sobre como o geógrafo se utiliza do “nós” e, conseqüentemente, do “outros”, ao tecer comentários sobre a administração dos territórios e a relação entre os reis da Maurússia Bogo, Boco e Juba com César e Augusto, reforçando a presença e influência romana no território africano:

Pouco tempo antes de nós, os reis Bogo e Boco possuíam esse território [Maurússia] em toda a amizade com os romanos. Depois de suas mortes, Juba recebeu o poder que lhe foi dado por César Augusto, além do que herdou de seu pai; ele era o filho de Juba que combateu com Cipião contra o deus César. Mas, Juba morreu recentemente e Ptolomeu, nascido de uma filha de Antônio e Cleópatra, foi quem o sucedeu no poder. (XVII, 3, 7, 26-30 *apud* Ribeiro 2017, p.154)

Deste modo, a autora elenca a inserção de Estrabão e o seu reconhecimento como cidadão romano ao traduzir “Pouco tempo antes de nós”, o que tiraria qualquer subjetividade por parte do escritor romano. Sua obra, com intuito informativo a qualquer pessoa, acrescentaria um discurso voltado para elogios romanos ao retratar subentendidamente, a bondade de César Augusto ao ceder a Juba o poder de comandar a Maurússia, sendo possível identificar o desejo de expor a permanência da influência romana mesmo com a presença dos grupos indígenas (Ribeiro, 2017, p.154), pautando-se em uma euforização da parte romana.

¹⁸ A descrição da Líbia denota alguns aspectos do território e percebemos a despreensão do autor em realizar uma descrição mais detalhada, como vemos em Heródoto em suas descrições e relatos de costumes, práticas religiosas, comerciais e de administração.

Entretanto, ao recorrermos a tradução para o inglês de H.C. Hamilton e W. Falconer (1903), notamos a transformação do “nós” para “Um pouco antes do meu tempo”, como explicitado a seguir:

Um pouco antes do meu tempo, os reis Bogo e Boco, aliados dos romanos, possuíam este país; após a sua morte, Juba sucedeu ao reino, tendo-o recebido de Augusto César, para além dos seus domínios paternos. Era o filho de Juba que lutou, em conjunto com Scipio, contra *divus Cæsar* (deus César). Juba morreu recentemente e foi sucedido por seu filho Ptolomeu, cuja mãe era a filha de Antônio e Cleópatra (Str., XVII, 3.7).

A partir da nossa tradução para o português do trecho anterior, reconhecemos a mudança no discurso de Estrabão em relação à presença e domínio romano no território e nas redes de relação de Maurúsia. Além de não apresentar sua relação direta no exercício do poder de Roma, o geógrafo usa o termo “aliados” ao invés de “amizade” ao mencionar o grau de proximidade de um povo a outro, tirando o preceito de bondade, escolhido por Ribeiro.

A dicotomia entre traduções e discursos, nos proporciona o questionamento de qual mensagem sobre Roma e seus governantes Estrabão gostaria de passar nesse trecho para seus leitores. Seria a bondade e poder, da qual se inclui, escolhida por Ribeiro, ou uma descrição mais objetiva, sem a utilização do “nós” e os “outros”, priorizando os acontecimentos por suas vertentes¹⁹. Portanto, mesmo o uso da tradução de um discurso pode alterar o rumo da interpretação sobre determinado assunto.

3.1.3 PLÍNIO E A ÁFRICA ANTIGA

Plínio, o Velho, dedicou em “*História Natural*”, Livro V, a exposição de seu conhecimento sobre o continente africano, passando a denominar o continente de África, evidenciando que os gregos o denominavam como Líbia²⁰:

Os gregos deram o nome de Líbia à África e chamaram o mar que fica em frente, o mar da Líbia. Tem o Egito por fronteira, e não há nenhuma parte da terra que tenha menos golfos ou enseadas, as suas costas estendem-se numa linha alongada a partir do oeste numa direção oblíqua. Os nomes dos seus povos, e das suas cidades em particular, não podem ser pronunciados com exatidão, a não ser com a ajuda das suas línguas nativas (Plin., V. 5.1).

¹⁹ O debate acerca do trecho mencionado seria amplo e envolveria uma série de análises para além da tradução da obra de Estrabão. Por este motivo, nos limitaremos apenas no questionamento das diferenças realizadas.

²⁰ De acordo com John Bostock e Henry Thomas Riley (1855), o Egito não estava sob essa denominação, sendo geralmente considerado como parte da Ásia.

Notamos na mesma passagem, a escolha de “abstenção” de Plínio sobre a denominação dos povos africanos, visto que não poderia reproduzi-lo com clareza sem a participação de seu próprio povo (os nativos), o que poderia evidenciar certo respeito quanto a vontade de repassar, com exatidão, as informações das quais está relatando ou presenciando. Ressaltamos que a representação dos africanos a partir de olhar construído pela imagem do “nós” e dos “outros” nem sempre foi uma única vertente. Poderiam, mesmo sem as problematizações realizadas atualmente com os estudos críticos ao Orientalismo e o Ocidentalismo, carregar em suas produções, certas preocupações quanto à consolidação da verdade tanto do “eu” quanto do “outro”.

Porém, Neto (2020, p.5) nos chama a atenção para o *locus* de estigmatização²¹ associado aos líbios nômades do interior, habitantes de uma África não urbana e bárbara em *História Natural* (V, 45-46). Os Atlantes, para ele, são primitivos e sub-humanos, que proferem maldições e acusam o sol ser a causa de seu desastre e de suas terras improdutivas, vivem em cavernas e comem carne de cobra. Os Trogloditas não teriam voz e se comunicam através de barulhos estridentes, os Garamantes não se casam e vivem em promiscuidade com as mulheres, não usam roupas, não lutam e não se associam a nenhum estrangeiro. Os Blêmios e os Sátiros são relatados como seres animalescos, fora da realidade.

Tais estigmatizações estão entrelaçadas por suas fontes não serem homogêneas como apontam Antonio Santana e Trinidad Arcos Pereira (2008, p.257-230), deste modo, seus discursos e representações do continente variam entre um saber profundo de algumas áreas e o desconhecimento de outras, como a própria descrição dos povos interioranos da Líbia. Para realizar suas “descrições”, Plínio baseou-se em Juba II e nas expedições exploratórias romanas, bem como outras fontes gregas antigas, e, a partir delas conseguiu mapear o percurso do Nilo considerando-o nascente nos montes Atlas e, depois de correr no subsolo, emergente na “nascente Nigris”, de onde continua até ser ‘encerrado entre montanhas’, antes de desaguar finalmente no Delta em forma de ‘L’. A partir disso, os autores realizaram a reconstrução do continente africano de acordo com o curso do Nilo proposto por Plínio.

²¹Os indivíduos e/ou grupos estigmatizados são tidos como desajustados, não se enquadrando nas normas sociais e possuindo uma identidade decaída, deteriorada, diminuída frente àquela que é considerada “normal” e desejável (Lima Neto, 2020, p.2), que, faz referência a civilização na formação de centros urbanos, políticos e sociais em relação aos povos greco-romanos.

não representaria Roma nem seus habitantes. A disforização de Calígula foi tão fortemente construída que, mesmo frente aos povos da África, considerados inferiores a eles, mesmo uma escolha administrativa de divisão de um reino em duas províncias romanas foi considerada um ato de crueldade.

Todos os discursos e representações feitas e escolhidas pelos escritores clássicos (contando também com aquelas que não foram expostas) nos mostram que esses homens, inseridos em seus contextos históricos e munidos também de suas próprias visões de seu mundo, fizeram escolhas sobre o que gostariam de retratar e como os retrataria. Seja um lugar de natureza extraordinária, banhado por um rio que traz a eles prosperidade, seja pela presença do estigma do habitat de bárbaros e selvagens, de costumes controversos e religião excêntrica. Portanto, tanto as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, apresentam uma história (Scott, 1995, p.71).

4 AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES AFRICANAS NA LITERATURA DO ANTIGO MEDITERRÂNEO: AS CANDACES EM CENA

4.1 A LITERATURA ANTIGA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA

Quando tratamos da inclusão de mulheres na produção de discursos, todas as considerações mencionadas anteriormente devem ser redobradas, visto que a maioria dos textos literários sobre mulheres na Antiguidade foi produzida a partir de um olhar masculino sobre elas. Como afirma Renata Cerqueira Barbosa (2006, p.353-354), tal olhar funda-se na escassez de informações concretas sobre a vida das mulheres e, quando haviam produções que as retratavam, percebe-se o enfoque naquelas com fortes laços de parentesco com homens nos espaços públicos e de poder, reforçado por Natalie Zemon Davis (1976, p.83), o gênero da escrita da História das Mulheres era dedicado a pequenas biografias de mulheres virtuosas ou a “Mulheres Dignas”, expondo seus talentos religiosos, literários ou mesmo políticos, aquelas consideradas excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. Mesmo que, à primeira vista, as produções feitas pelos homens sobre as mulheres aparentassem beneficiar a construção dos anais da historiografia feminina, revelou-se, na verdade, a busca por enunciar as “capacidades femininas”.

Para que possamos entender melhor a História das Mulheres na Antiguidade, se faz necessário, neste momento, destacar a caminhada que tivemos para que a História das Mulheres fizesse parte da historiografia como um todo. Inicialmente, encarava-se a História como produto e ação dos homens, de suas proezas, seus feitos e conquistas, escrita por eles mesmos, portanto, como elenca Ana Maria Colling (2014, p.21) o lugar da História das mulheres dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. É a partir da década de 1960, com a segunda onda do movimento feminista fomentado pelo parecer de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, se torna mulher”, as mulheres, pela primeira vez, falam diretamente sobre as relações de poder entre o feminino e o masculino, elucidando a importância de realocar suas Histórias e os caminhos para sua escrita tem como guias revistas onde foram publicados artigos sobre mulheres historiadoras²³.

²³ São eles “Feminist Studies”, “American Historical Review”, *Quaderni Storici* (Itália) e “Schweizerische Zeitschrift für Geschichte” (Alemanha) (Bock, 1989, p.159).

A questão central da trajetória historiográfica feminina se configura na necessidade de resgatar a experiência das mulheres na história (mesmo que não seja independente da história dos homens) como uma história específica das mulheres enquanto mulheres²⁴. Superando seu apagamento na historiografia, assim como o de outras classes sociais e povos, que permaneceram e, infelizmente, ainda permanecem invisíveis, por serem considerados “não merecedores” de estarem em algumas linhas, páginas ou trechos das seleções do “historiograficamente relevante”.

Portanto, convergindo com o pensamento de Gisela Bock (1989, p.160-162), as mulheres têm uma história e essa, é diferente da dos homens, e, justamente por isso, merece ser analisada diferentemente e não, separadamente visto que o mundo feminino também faz parte do mundo dos homens. Não significando ser menos importante ou retirada de seu contexto histórico, como um caso em particular. A História das Mulheres não é idêntica para todas, cada uma possui sua própria História, e essas, são tão ricas, complexas, lógicas, não lineares e incoerentes tanto quanto as dos homens, sendo assim, devem estar integradas na História e não como um apêndice dela.

Conforme explana Dulceli Estacheski (2016, p.9-11) a construção da historiografia feminina, não se trata apenas das ‘grandes mulheres’ que se destacavam no espaço público, mas de todas as mulheres e pessoas, pois, são sujeitos ativos da história e suas vivências e experiências, contribuem para a compreensão histórica das diferentes sociedades. A partir dela, poderá ser possível preencher espaços antes vazios na escrita, bem como contribuir para a superação das discriminações de gênero que inferiorizam as mulheres, uma vez que o problema dessa invisibilidade não se pauta na falta de fontes (mesmo sabendo que a sua escassez seja um grande desafio), mas sim, de interesse.

André Bueno (2016, p.13) contribui na construção dessa análise enfatizando a vastidão e a multiplicidade de abordagens que podem ser utilizadas referente ao estudo das mulheres. A própria abordagem do feminino na Antiguidade refere-se, de acordo com Letícia Schneider Ferreira (2022, p.163), à mulher como um homem que não pôde se desenvolver de forma plena, sendo constituídos espaços e papéis específicos para as mulheres, desvalorizados frente aos exercidos por homens. Quando envolvemos análises de espaços de poder do feminino, estamos acostumados a nos deparar

²⁴ O estudo sobre gênero desenvolve-se frequentemente em paralelo ao campo da História das Mulheres. No entanto, apesar dos debates relevantes já realizados sobre o tema, este trabalho foca exclusivamente nos estudos sobre as mulheres, em conformidade com o objeto historiográfico proposto anteriormente.

frequentemente com trabalhos voltados a mulheres da aristocracia greco-romana, logo, o estudo das mulheres na Antiguidade não difere muito dos estudos contemporâneos.

Então, como essas mulheres participavam da vida social e política na sociedade da qual estavam inseridas, principalmente as mulheres africanas? Mesmo sendo agentes diretas nas tomadas de decisões e administração de seus reinos, foram menosprezadas tanto pelos autores clássicos quanto pelos autores modernos, tendo na contemporaneidade, sua inserção digna para a História. Portanto, quando falamos de Mulheres na Antiguidade neste trabalho, falamos essencialmente de mulheres africanas, das quais há uma escassez de descrições sobre elas.

4.2 AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES EGÍPCIAS

Nessa premissa, percebemos que o estudo das mulheres na Antiguidade enfrenta como principal obstáculo a construção da imagem feminina a partir do olhar masculino e o peso conferido ao discurso dos homens. Evidentemente, existiram diferenças nos papéis sociais assumidos por homens e mulheres, tanto nos ambientes privados quanto públicos. No entanto, a falta de clareza na representação das mulheres africanas como agentes transformadores e autônomos no contexto da Antiguidade é notável, visto que, na sociedade grega, as mulheres eram afastadas das esferas do pensamento e do conhecimento e entre os romanos, a desigualdade entre os homens e mulheres foi consolidada em seu sistema legal por meio da figura do *paterfamilias*, que concedia ao homem total autoridade sobre a mulher, os filhos, os servos e os escravos (Colling, 2014, p.23). Nosso primeiro exemplo é em Heródoto, passagem II, 35, ao falar sobre as mulheres egípcias “comuns”:

Entre eles, as mulheres compram e vendem, os homens ficam em casa e tecem [...] Os homens carregam fardos sobre as suas cabeças, as mulheres sobre os seus ombros. As mulheres urinam em pé, os homens sentados (Hdt., II.35).

Nathalia Monseff Junqueira (2018, p.195-196) ao trabalhar com a mesma passagem elenca que a percepção das diferenças culturais não é julgada ou reprovada pelo autor, assim o historiador grego apenas informa seu público sobre tais diferenças. Entretanto, a autora demonstra que o relato “dos papéis opostos” entre os homens e mulheres, pode ser imaginado como um exemplo de qual seria o papel que as mulheres gregas e como elas deveriam desempenhar em sua sociedade.

Portanto, seria simplório afirmarmos que Heródoto priorizava apenas o repasse de “informação” para os helenos a partir de comparação entre costumes. Quando diz “as mulheres compram e vendem, os homens ficam em casa e tecem”, pode remeter a questão da negociação no mercado, majoritariamente exercida pelos homens, uma vez que suas mulheres estariam em casa, cuidando dos afazeres domésticos, dos filhos e tecendo. Reforça-se a inversão de papéis em “As mulheres urinam em pé, os homens sentados”, que pode ser considerada definidora do sexo feminino e masculino, em que ao se sentar para urinar, o homem perderia sua virilidade, bem como a mulher perderia sua delicadeza²⁵. Ao analisarmos para além do escrito, a passagem anterior pode sim, se encaixar em tom de ridicularização quanto a inversão de papéis a partir dos moldes atenienses, evidenciando e reforçando quais seriam os papéis masculino e feminino, que deveriam ser desempenhados dentro da *polis* (Junqueira, 2018, p.197).

Em um trecho que descreve acontecimentos da vida de Sesóstris I²⁶, Heródoto relata que ao retornar do Egito com prisioneiros de nações conquistadas, o soberano foi traído por seu irmão, o qual havia confiado a direção do reino em sua ausência, este, planejou queimá-lo junto com sua família. Para escapar, Sesóstris seguiu o conselho de sua esposa em sacrificar dois de seus seis filhos para formar uma "ponte" sobre o fogo, permitindo que ele, sua esposa e os outros filhos escapassem (Hdt. II.107). Revelando, mesmo de modo incomum, a influência feminina em tomadas de decisões cruciais, e, em nenhum momento o autor grego pareceu julgar tal conselho de sacrifício feito pela mulher do soberano.

Ao narrar a demonstração de luto familiar da mulher egípcia, o autor expõe que essas mulheres se cobrem de lama da cabeça aos pés e em seguida descobrem os seios, prendem as vestes com um cinto e, deixando o morto em casa, põem-se a percorrer a cidade, batendo no peito, acompanhadas dos demais parentes (Hdt., II.85). Tal costume difere com a maioria das Gregas pelo fato de as Egípcias estarem parcialmente desnudas, algo que ia contra o decoro e o recato próprio da mulher grega, o que desperta a atenção do leitor/ouvinte grego sobre a excentricidade dos costumes não gregos.

No domínio religioso as diferenças com a tradição helênica encontram-se no âmbito de que há lugar para sacerdotisas, somente os homens poderiam servir os deuses e deusas. No que diz respeito à família, os filhos ficam libertos de cuidar dos pais caso

²⁵ É importante salientar que as análises feitas são considerações nossas a partir do pressuposto de um comportamento esperado para as mulheres atenienses ou romanas através da interação cultural, social e de poder do qual estavam inseridas.

²⁶ Segundo faraó da XII Dinastia do Egito.

não o desejem; o mesmo já não se aplica às mulheres, que têm como obrigação cuidar dos progenitores, queiram ou não (Hdt. II.35). Sendo assim, as diferenças de gênero no Egito não se circunscrevem à esfera econômica, pois figuram também nas esferas religiosa e familiar, como aponta Susana Maria Marques Carrilho (2013, p.84).

Vemos tal estigma ser reforçado por Estrabão ao narrar o confronto entre Egito e o Roma, no momento em que Petronio avança para o sul e domina as cidades de Pselchis e Premnis, momento em que o autor faz menção a uma Candace, a descrevendo como “uma mulher masculina” (Str., XVIII, 1, 54), talvez por estar exercendo o poder sobre os generais etíopes e comandando seus exércitos, o que era considerado papel dos homens. Porém, estabelecemos que tais atividades exercidas pelas mulheres egípcias dizem respeito à organização matrifocal presente na África Antiga, ou seja, o poder da mulher estava baseado em seu papel econômico, além da maternidade possuir um papel de poder sagrado mantenedora da vida e do poder divino.

Infelizmente, as menções sobre as mulheres africanas de forma mais direta que achamos nos autores clássicos são limitadas. Para complementar e trazer um pouco mais da história dessas mulheres, tomamos como base a seguir o “Compêndio de Mulheres na Antiguidade” organizado por Semíramis Corsi Silva, Rafael Brunhara e Ivan Vieira Neto que nos apresenta a presença das Mulheres na literatura e na História.

Em sua parte dedicada, à História Antiga das mulheres africanas, podemos elencar a presença de 18 mulheres de diferentes origens. Desde aquelas inseridas em espaços de poder como Amanirenas e Amanishakheto, até aquelas sem alguma titulação especial, como o caso de Naunakhte, da qual daremos um enfoque agora. De acordo com Thais Rocha da Silva (2021, p.357) foi uma mulher livre que viveu na vila de Deir el-Medina (antiga Tebas) que abrigava os moradores especializados e letrados que trabalhavam na construção e na decoração das tumbas do Vale dos Reis e Rainhas, durante o reinado de Ramesses Sehetepenre (Ramses V), faraó da XIX Dinastia (c. 1292–1189 aEC). O principal documento sobre sua vida é o seu testamento, no qual já com idade avançada, deserdou os filhos que não lhe prestaram os devidos cuidados.

A partir de seu testamento, dividiu seus bens entre os filhos que a apoiaram em sua velhice, designando-os como herdeiros e excluiu outros que, por algum motivo, não a ajudaram. No testamento, foram nomeados cinco filhos para receber sua herança e quatro foram excluídos. Naunakhte possuía direito a um terço dos bens de seu segundo marido (pai dos 8 filhos), conforme as leis da época, enquanto os filhos herdariam os dois terços restantes diretamente do pai. Esse processo formal era registrado por um

escriba e validado em tribunal, com a presença de quatorze testemunhas. Um de seus filhos, Qenherkhepeshef, foi destacado para receber uma bacia de bronze a mais que os outros, enquanto Neferhotep foi o mais excluído, já que, durante a vida, a mãe o havia ajudado com recursos para sobreviver (Silva, 2021, p.360-361)

Sendo assim, podemos perceber que Naunakhte reage com autonomia decidindo sobre sua herança. Nesse sentido, revela a agência feminina na gestão de bens e na tomada de decisões sobre herança, algo significativo em uma sociedade patriarcal, exercendo o direito de escolher quais filhos seriam beneficiados, podendo recompensar aqueles que a apoiaram e excluir os que não o fizeram, indicando que as mulheres tinham direitos sobre propriedades e certa autonomia para controlar seu patrimônio. Destacando ainda como as mulheres também desempenhavam um papel central na dinâmica familiar africana. A escolha de Naunakhte de recompensar filhos que a assistiram na velhice reflete uma expectativa social de cuidados mútuos e sustenta a ideia de que a herança poderia ser um meio de garantir apoio na velhice.

A matrifocalidade é um conceito importante ao falarmos sobre a presença feminina nos ambientes de influência na África Antiga. Fernanda Chamarelli de Oliveira (2021, p.14-15) define-o como a legitimidade do exercício de poder pelas mulheres e uma construção cultural cuja marca principal não é a ausência da figura paterna ou masculina, mas a relevância concedida às relações estabelecidas patrilineares ou matrilineares, sendo a identidade mais importante das mulheres africanas, ser mãe. Vemos fortemente essa relação no Reino de Kush, em que em todas as representações de coroação de soberanos kushitas é possível observar a presença de sua mãe e de sua esposa. Para Angelika Lohwasser (2001, p.62), de acordo com os títulos associados às mulheres da “realeza” de Kush, compartilhavam o poder de governar, sem oposição entre os dois, mas sim uma relação dinâmica, a partir do qual se produz nova vida, por muitas vezes comparada a deusas²⁷.

4.3 AS REPRESENTAÇÕES DAS CANDACES

Antes de começarmos a falar sobre as Rainhas africanas Amanirenas e Amanishakheto, tomemos por iniciativa contextualizarmos o reino do qual estavam profundamente inseridas. Sendo assim, o Reino de Kush²⁸, localizado na região da

²⁷ Vemos com recorrência a associação das deusas Ísis, Mut e Bastet, ambas ligadas à maternidade.

²⁸ O nome geográfico de Kush faz menção a monarquia núbica de Kerma, sendo a primeira monarquia núbica de mais relevante prosperidade que emergiu no terceiro milênio antes da Era Comum. Estabeleceu

Núbia²⁹, inicialmente denominada de Ta Seti, localiza-se entre Tebas e Assuã, na região da primeira catarata do rio Nilo (Oliveira, 2021, p.34). Vejamos o mapa a seguir:

Mapa 2 – O Egito, a Núbia e a Etiópia (Silva, 2019, p.43-72)



Podemos observar, a partir de Érica Cristhyane Morais da Silva (2019, p.48) que, o Reino de Kush³⁰ situa-se, cronologicamente, entre meados de 3000 AEC e o século IV EC, sendo sua área correspondente ao sul da terceira catarata (Alta Núbia) com sede na cidade de Kerma, bem como, em sua maior extensão, com o território egípcio durante o período da dominação núbia do Egito, durante o Império Kushita, em Napata. Para nós, o período relevante no momento diz respeito ao Napata Meroítico (entre os séculos VIII AEC e IV EC) em que as sedes do reino são em Napata (séc. VIII

relações comerciais com a XII dinastia egípcia sendo um centro administrativo e um importante local de relações comerciais (Oliveira, 2021, p.42).

²⁹Região do vale do rio Nilo, que atualmente é partilhada pelo Egito e pelo Sudão.

³⁰ Também denominado de Reino de Napata e Meroé.

AEC - III EC) e, em seguida, a cidade de Meroé (séc. III AEC -IV EC), sendo essa última, a capital do governo das Candaces que iremos estudar³¹.

Como aponta J. D. Fage (2008, p. 237) sabemos pouco a respeito da natureza da administração meroítica, entretanto, manter o domínio sobre um trecho tão longo do vale do rio deve ter exigido uma forma de organização capaz de levar as instruções do rei ou rainha por todo o país. Quanto à população de seu interior, não restou vestígios de onde viviam, sendo a hipótese mais relevante, viverem em aldeias em cabanas de madeira e palha. Além disso, muitos dos habitantes eram nômades, ou pelo menos semi-nômades, e sua população urbana vivia em edifícios de tijolos secos ao sol.

As datações anteriores são possíveis de serem mencionadas principalmente por conta das relações comerciais entre os egípcios e os núbios, que, de acordo com Nagm-El-Din Mohamed Sherif (2010, p.238), eram fascinados pela Núbia devido a suas riquezas em ouro, incenso, marfim, ébano, óleos, pedras semipreciosas e outras mercadorias de luxo. Sendo assim, a história da Núbia é quase inseparável da do Egito, entretanto, Kush apresenta suas particularidades a serem destacadas³², como a logística comercial já existente no período remoto.

Vejamos então o papel que as mulheres em espaços de poder desempenhavam na sociedade Kushita. De acordo com Nah Dove (1998, p.7-8), a mulher na maioria das sociedades africanas, é reverenciada em seu papel como a mãe, sendo ela, portadora da vida, condutora para a regeneração espiritual dos antepassados (representando a mais profunda ligação com a ancestralidade), portadora da cultura e o centro da organização social (esse, baseado no equilíbrio entre os membros da sociedade).

Lazlo Torok (1995, p.178) expõe a forte presença da sucessão matrilinear de Kush, sendo o trono herdado pelos filhos da irmã do rei e não pelos filhos do próprio rei, pautado, essencialmente na complementaridade e não na oposição entre os elementos dos gêneros masculino e feminino. Estando presente também tanto na criação do cosmos como para manutenção terrena da ordem, o fator principal para a concretização do status elevado dessas mulheres estabelece-se em sua relevante posição na eleição e coroação soberano, sendo ele seu filho, esposo ou irmão (Oliveira, 2021, p.51-109).

³¹ Salientamos que para os autores clássicos, a cidade de Meroé é descrita como a capital dos etíopes, assim, ao se referir aos etíopes, estão também falando dos povos de Meroé e do Reino de Kush (Bispo, 2009, p.10)

³² Qualquer tentativa de separar inequivocamente núbios e egípcios e criar histórias separadas para cada civilização apresenta dificuldades imensuráveis (Ross, 2013, p.8)

Assim, após entendermos o papel central da mulher em Kush, podemos definir com mais precisão o termo “Candace”, que deriva da palavra de origem meroíta *KTKE* ou *KDKE*³³, que, a partir de sua latinização e romanização desta sociedade, passou a significar “rainha-mãe” ou “mãe do Rei”. Referenciava ainda alguma função real ou administrativa feminina importante na sociedade meroítica (Fage, 2008, p.248). A essas rainhas, também lhe era atribuído o título de *qore*³⁴, podendo ser compreendido como “chefe”, relacionado a soberanos e governantes. O título de Candace mais antigo é de Bartare (metade do século II AEC), entretanto, é apenas com Shanakdakhete que se inicia um período onde o governo é exercido por uma série de soberanas e, a partir dela, é feito um ajuste imperativo de iconografias e conceitos relativos à ocupação da função de governante e a legitimação de mulheres a este cargo (Oliveira, 2021, p.110-112).

Sua sucessora, Amanirenas, esposa de Teriteqas, assume o governo de Meroé de forma autônoma após a morte repentina de seu soberano a uma expedição ao sul de Dakka, onde seu nome é encontrado na região norte da mesma cidade e em Kawa, além de haver uma grande inscrição no templo em Hamdab, perto de Meroé. Sua representação é de uma mulher muito gorda, com rugas no pescoço e cicatrizes no rosto, é distintamente meroítica³⁵. Assim também são os detalhes de roupas e adornos pessoais, a vestimenta com franjas usada sobre o ombro direito, as borlas³⁶ penduradas nos ombros.

A partir disso, vários objetos de origem mediterrânea, tanto helenística quanto romana, foram encontrados nos enterros reais e entre as ruínas da cidade de Meroé, sugerindo que o comércio entre o Mediterrâneo oriental, principalmente entre Alexandria e Meroé era considerável (Fage, 2008, p.241-244). Isso evidencia de modo mais direto o quão imerso entre as cidades ao seu redor, Meroé estava deixando claro a forte potencialidade e a troca constante³⁷ (entre outros povos) em diversas áreas do território comandado por essas mulheres.

Não obstante, a inscrição presente no Templo de Hamdab pode ter sido montada para comemorar a vitória, por mais curta que tenha sido, datando aproximadamente do

³³ Podendo ser representada ainda como *kdwe* e *kdkel*, na língua meroítica.

³⁴ O título de *qore* aparece apenas em quatro personagens reais meroíticos conhecidos dessa época, Amanirenas, Amanishakheto, Akinidad e Teriteqas (Fage, 2008, p.248).

³⁵ Raisa Sagredo (2021, p.416) nos chama atenção na representação como uma mulher gorda direcionado a ferir sua imagem, ignorando os próprios valores de culturas africanas antigas de que representações iconográficas com formas abundantes representam fertilidade, abundância, saúde e riqueza.

³⁶ Obra de passamanaria que consta de uma base forrada de tecido, linha ou outro material, da qual pendem franjas; pompom, bolota

³⁷ De acordo com J. D. Fage (2008, p.244) é possível encontrar uma dispersão de moedas ptolomaicas e romanas em Meroé.

ano de 25 AEC³⁸. Ao mesmo tempo, acontece a invasão de Napata pelo governador romano do Egito, Públio Petrônio, como resposta a oposição kushita sobre as taxações de impostos executadas por Cornélio Galo, seu antecessor.

O que sabemos sobre esse acontecimento é de que foi a primeira incursão romana séria no território meroítico e foi registrado por Estrabão, Plínio e Dião Cássio. Estrabão ao relatar o acontecimento militar reforça a superioridade bélica romana acerca da meroítica, assumindo que os etíopes “não são numerosos nem agrupados, muito menos estariam bem preparados e equipados para a guerra ou para qualquer outro modo de vida” e, que mesmo assim, ousaram fazer um ataque contra eles, colocando em perigo seu próprio país (Str., XVIII, 1, 53). Ele segue relatando sobre a empreitada dos etíopes, comandada por Amanirenas:

Os etíopes, encorajados pelo fato de que uma parte das forças romanas no Egito haviam sido retiradas com Élio Galo, que estava em guerra contra os árabes, invadiram Tebas, e atacaram a guarnição composta por três coortes em Siena (Assuã). Surpreenderam e tomaram Siena, Elefantina e Philae através de uma incursão súbita; escravizaram os habitantes e derrubaram as estátuas de César (Str., XVIII, 1, 54).

Forças meroítas cruzam, de acordo Fábio Amorim Vieira (2021, p.407) a primeira catarata do rio Nilo e atacam as cidades egípcias de Philae, Siena e Elefantina, capturando prisioneiros e saqueando estátuas de Augusto. A estátua referida por Estrabão diz respeito à cabeça de bronze do Imperador Augusto, encontrada em escavações por Garstang em 1912, sob uma escada do templo em Meroé. Tal artefato é uma evidência de que a investida meroítica deve ser considerada como um ataque de espólio e não como uma terrível e devastadora invasão, algo familiar aos romanos (Fage, 2008, p.247).

³⁸ Infelizmente não temos a certeza dos fatos pois sua tradução ainda não foi realizada por completo.

Imagem 2: Cabeça de bronze de augusto (27–25 a.C.)³⁹



Ao mencionar diretamente a Candace Amanirenas e sua conduta com seus homens, Estrabão explana que eles “estavam mal comandados e mal armados”, e sua Candace⁴⁰, rainha dos etíopes no nosso tempo, era uma mulher masculina que tinha perdido um olho (Str., XVIII, 1, 54). Ao mesmo, o autor a reconhece como governante dos etíopes e a sua importância para seu povo, pode também associar a derrota que seguiria os etíopes decorrente ao fato deles serem comandados por uma mulher⁴¹. Portanto neste momento, Petrônio, sucessor de Galo, retoma as cidades perdidas para Amanirenas, empreende uma expedição a Napata para tomá-la em um ato de vingança.

A Candace tenta negociar uma possível trégua enviando seus emissários, entretanto, Petrônio acaba atacando e capturando Napata, onde encontrava-se o filho da soberana⁴². Após dois anos desse conflituoso período, o governador marcha em direção a Alexandria, ao mesmo tempo, não cedendo sua soberania ao poder romano, a Candace mostra novamente sua participação ativa no front de batalha, reorganizando suas tropas e marchando contra a guarnição com um exército de milhares de homens, fazendo com que o governador romano entrasse na fortaleza de Alexandria para protegê-la e aguardar

³⁹ THE BRITISH MUSEUM. Smarthistory – **Head of Augustus at Meroé (Kush)**. Disponível em: [Smarthistory – Head of Augustus at Meroé \(Kush\)](#). Acesso em: 16 out. 2024.

⁴⁰ Para Laszlo Torok (1997, p.452), não encontramos menção ao nome de Amanirenas pois Estrabão e outros autores acreditavam que o seu título de Candace era seu nome pessoal.

⁴¹ Convergimos com Oliveira (2021, p.127) sobre tal descrição demonstrar uma dificuldade em reconhecer uma figura feminina como líder política e militar de um povo.

⁴² Josefina Kuckertz (2021, p.294) aponta Akinidad e Teriteqase como irmãos nascidos de Amanirenas, entretanto, não sabemos qual dos dois seria o filho mencionado por Estrabão.

o ataque meroítico. Visto que não iriam abrir mão da fortaleza conquistada, Amanirenas enviou emissários novamente para propor-lhes um mandato de trégua. Novamente Petrônio negou-lhes e ordenou-lhes que se dirigissem a César, do qual sequer sabiam de sua existência, o governador romano deu-lhes escoltas para o encontro do Imperador em Samos, onde obtiveram tudo o que pediram⁴³ (Fage, 20008, p.247).

O relato de Dião Cássio (século III EC) já demonstra uma postura diferente da qual vimos com Fage. Vejamos sua descrição acerca das investidas de ambos líderes:

Os etíopes, que habitam para lá do Egito (etíopes), avançaram até à cidade chamada Elefantina, com a Candace como líder, devastando tudo o que encontravam. Em Elefantina, porém, ao saberem que Caio Petrônio, o governador do Egito, se aproximava, retiraram-se apressadamente antes que ele chegasse, na esperança de conseguirem escapar. Mas, ao serem surpreendidos no caminho, foram derrotados e, assim, atraíram-no para o seu próprio país. Lá, também, ele lutou com sucesso com eles, e tomou Napata, sua capital, entre outras cidades. Esse lugar foi arrasado e uma guarnição foi deixada em outro ponto, pois Petrônio, vendo-se incapaz de avançar mais, por causa da areia e do calor, ou de permanecer vantajosamente onde estava com todo o seu exército, retirou-se, levando consigo a maior parte dele. Os etíopes atacaram as guarnições, mas ele avançou de novo contra elas, salvou os seus homens e obrigou Candace a negociar com ele.

Querendo retomar a grandiosidade do exército romano, Dião Cássio pouco fala sobre os saques realizados pela Candace e sua vitória sobre Petrônio. Em tal momento ela levou a cabeça de Augusto como espólio, portanto, evitando demonstrar qualquer tipo de fraqueza do então Império Romano. Analisemos os trechos destacados por partes:

- “Com a Candace como líder, devastando tudo o que encontravam” : Do mesmo modo que Estrabão, Dião Cássio reconhece Amanirenas como líder dos etíopes, posto majoritariamente exercido pelos homens. Destaca que a investida feita pela soberana foi devastadora, o que revela, mesmo que subentendido e de modo deturpado, a força da tradição guerreira dos povos etíopes.
- “Retiraram-se apressadamente antes que ele chegasse, na esperança de conseguirem escapar”: Diferente de uma possível estratégia de recuada, Dião Cássio trata o acontecimento como uma tentativa desesperada dos etíopes em fugir de Petrônio devido a força bélica romana, sendo assim, impossível a vitória deles sobre o governante.

⁴³ A vantagem sobre os termos do tratado ficou para o lado etíope, tendo a área administrada pelos romanos reduzida e a exigência de taxas do Reino de Meroé abandonada.

- “Atraíram-no para o seu próprio país. Lá, também, ele lutou com sucesso com eles, e tomou Napata”: Como na passagem anterior, reforça novamente o poder romano e suas estratégias bélicas sobre os etíopes, culpando-os pela sua própria derrota, ocultando as tentativas de trégua realizadas pela soberana.
- “Os etíopes atacaram as guarnições, mas ele avançou de novo contra elas, salvou os seus homens e obrigou Candace a negociar com ele”: Após alguns conflitos e tentativa de negociação por parte de Amanirenas, não mencionado pelo escritor, Dião Cássio elenca a nova investida realizada pela soberana, da qual sabemos a partir de Estrabão, ter sido planejada de modo a acompanhar os passos de Petrônio até Alexandria e, para evitar um novo conflito com a soberana, acatou sua vontade de negociação levando-os até Augusto, que firmou os acordos requeridos pela Candace. Esse último fato, foi totalmente alterado por Dião Cássio, explanando que o governador romano obrigou a soberana kushita negociar com ele.

Esse longo conflito e suas representações evidenciam a presença da soberana africana mais de uma vez no discurso de Estrabão e de Dião Cássio durante o Império de Augusto. A soberana kushita esteve em contato direto com autoridades romanas, negociando uma melhor saída das investidas de ambos os lados. Sendo assim, interpretar a interação entre Meroé e Roma como um ataque de espólio reforça que os etíopes, bem como sua soberana, lutaram veementemente por territórios para garantir seu sucesso, não sendo personagens passivos da História das conquistas romanas. Entretanto, até que as grandes inscrições de Hamdab e Qasr Ibrim, bem como o obelisco de Amanishakheto em Meroé possam ser traduzidos, é improvável que nosso conhecimento da história pela parte kushita do período possa avançar muito.

Após Amanirenas, a soberana que sucede e governa Meroé é a Candace Amanishakheto. Diferente da rainha anterior, Amanishakheto possui comprovações de seu reinado através de uma quantidade considerável de artefatos. São algumas delas uma estela de granito encontrada no Templo de Amon em Meroé, um texto em uma estela encontrada em Hamdab e um cartucho presente em sua suposta mesa de oferendas funerárias em seu palácio em Wad ban Naqa. Acredita-se que tenha reinado aproximadamente ao final do século I AEC e no início do século I EC, entretanto, Josefine Kuckertz (2021,p.289) nos alerta para a incerteza de tal período.

Sobre as incertezas da soberana, podemos destacar a falta de fragmentos relacionados a sua ancestralidade, mesmo reconhecendo a representação de sua mãe também como Candace, em algumas de suas joias reais que retratam sua coroação (Oliveira, 2021, p.134). O mesmo ocorre sobre quem era seu marido e filho por quem ela possivelmente assumiu a regência.

Sabemos então que após o período conflituoso entre os romanos, o território da Baixa Núbia (as regiões ao sul até a 2ª catarata) precisou ser reorganizado, tendo sua reestruturação administrativa sido realizado sob reinado de Amanishakheto, tendo Akinidad⁴⁴ desempenhado papel importante nos primeiros anos, tanto administrativo como legitimador da ordem cósmica. Pode-se mencionar como mais importante feito a realização do sepultamento e a conclusão da tumba de Amanirenas, reforçando um forte laço de parentesco ou de poder entre as duas soberanas.

Além disso, observamos que a Candace regente deu continuidade aos projetos iniciados anteriormente, como a finalização do templo de Meroé e a extensão do templo de Kawa (Kuckertz, 2021, p.295), assegurando ao seu governo o status de próspero. Infelizmente, seus atos governamentais ou investidas militares são escassas pela literatura, tendo como principal fonte de seu reinado seu tesouro funerário: uma coleção de joias em ouro, pedras preciosas, escudos, amuletos e outros objetos deixados em sua pirâmide em Meroé, com explana Raisa Sagredo (2021, p.414).

Entre os artefatos encontrados que se destacam por seu refinamento em ouro, é possível interpretar seu nascimento associado ao divino, bem como sua coroação sendo legitimada por Amon, o deus imperial (Oliveira, 2021, p.134), tendo seu templo de Napata, como local de sua coroação. Suas principais representações como soberana estão presentes em seus anéis de sinete⁴⁵. Analisemos um deles:

⁴⁴ Algumas hipóteses apontam para Akinidad, possível filho de Amanirenas, como seu esposo, mas nenhum indício concreto disso ainda foi encontrado. O que sabemos a respeito dele é que, muito provavelmente, foi membro da família real e serviu aos antecessores de Amanishakheto, Teriteqas e à rainha governante Amanirenas, como líder militar nos conflitos com os romanos, retratado e mencionado com ambos (Kuckertz, 2021, p.289-294).

⁴⁵ O anel de sinete é um pequeno objeto com uma face plana contendo um brasão, um nome ou um símbolo, funcionando como uma espécie de assinatura, representando um indivíduo ou um coletivo, como um país ou, neste caso, a rainha.



Imag. 3: Anel de sinete de divinização⁴⁶

© Sandra Seif - SMB Ägyptisches Museum und Papyrusammlung

Nesta representação, observamos Amanishakheto ao lado esquerdo, recebendo a legitimação de seu governo por Amon, representado ao lado direito, entronado, tocando com sua mão o cotovelo esquerdo da rainha. Podemos dizer que a representação de Amon entronado, realizando a escolha da Candace a elegendo *groe*, para exercer a função de governante ao tocar seu cotovelo, enquadra e reforça a soberana como sua representante no mundo terreno.

Em outros anéis, a rainha passa a ser retratada entronada acompanhada de símbolos reais, como o cetro, a coroa e com a serpente uraeus, como no exemplo abaixo:

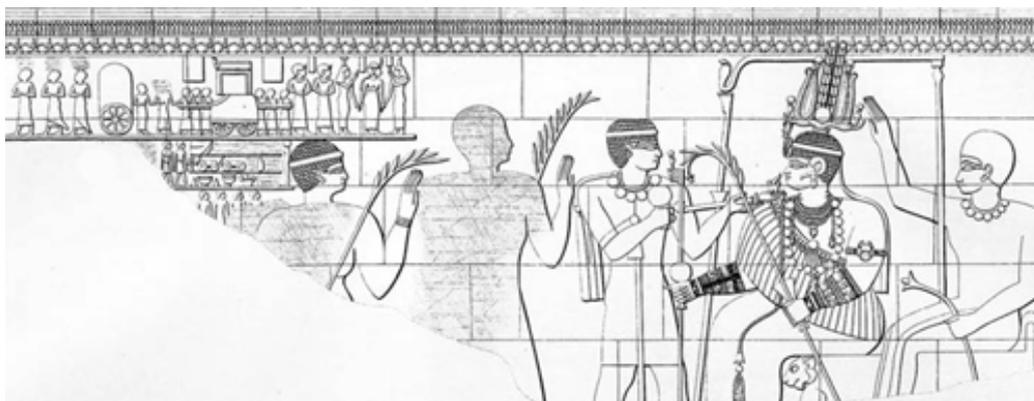
⁴⁶ Fonte: [Siegelring mit der Königin vor dem thronenden Gott Amun \(smb.museum\)](https://smb.museum) Acesso em: 16 out. 2024.



Imag. 4: Anel de sinete de legitimação de Amanishakheto⁴⁷

A referência de Amanishakheto na decoração de sua tumba, mesmo que com apagamentos, nos elucida de modo mais claro, como era sua relação com seus súditos e a complementaridade da figura feminina e masculina na realeza kushita.

Imag. 5: Reconstituição da parede do túmulo (Kuckertz, 2021)



Na imagem, observa-se a rainha, carregada de jóias, usando um colar largo de pingentes, tendo as partes inferiores de seus braços cheios de pulseiras. Sentada em um trono sob a figura de um leão, atrás dela, um homem sentado levanta a mão em direção a sua coroa, tocando-a. Na outra mão, ele segura o que pode ser um ramo de palmeira. Na frente dela está um homem segurando algo parecido a um espelho, seguido de uma mulher segurando um ramo de palmeira.

Logo, o que vemos da iconografia referente à candace Amanishaketo, nos possibilita discutir a concepção da legitimação do poder em Kush. O que temos de mais importante dessa representação é o homem atrás da Candace, tocando sua coroa como

⁴⁷ [Siegelring mit einem thronenden König, der zwei Szepter hält \(smb.museum\)](https://smb.museum/en/objekt/siegelring-mit-einem-thronenden-koenig-der-zwei-szepter-haelt) Acesso em: 16 out. 2024.

uma maneira de legitimar, mais uma vez, o poder da soberana, haja visto que quando um soberano, homem, era coroado, sua função era legitimada por elementos femininos de sua família (mãe, irmã e esposa). Tendo o homem tocando sua coroa, a complementaridade entre os dois elementos é efetivada e a manutenção da ordem é assegurada (Oliveira, 2021,p.143).

A decoração das paredes de seu túmulo apresenta algumas das figuras obliteradas, impossibilitando a reconstrução, levando a duas possibilidades: a destruição pela erosão da areia, defendida por J. C. Strijbos ou apagamentos intencionais ocorridos no tempo de seu sucessor (responsável pela construção e decoração da capela), sendo um indicativo de dificuldades de sucessão e problemas dinásticos após a morte de Amanishakheto, levantada por Kuckertz (2021, p.297). Defendemos a junção dos dois fatores, tendo em vista que o apagamento ou mesmo a condenação da memória de alguém era uma prática recorrente nos espaços de poder, seja para a legitimação de um novo governante ou pela condenação de outro.

O fato de Amanirenas e Amanishaketo serem umas das poucas candaces das quais obtivemos registros tão diretos (literatura clássica e iconografias respectivamente), nos possibilitou discutirmos a problemática do conceito de candace, através de seus atributos iconográficos, seu caráter sagrado, materno, militar, bélico e a independência soberana destas governantes através da abordagem de gênero, além de permitir elencar discussões o conceito de alteridade (Sagredo, 2021, p.417). Entretanto, destacamos assim como Julia Torche (2021, p.4), as dificuldades de estudar a Antiga Núbia, principalmente por sua proximidade com dois impérios, esmagadores não apenas em escala, mas também em preferência historiográfica: Egito e Roma. A Núbia e suas Candaces, portanto, mesmo hoje, é vítima de estudos centrados no Egito e nos romanos.

Ao explorarmos esse contato entre Meroé e Roma, contribuimos para estudos africanos a partir de uma historiografia renovada, pós-colonial, concebendo o continente africano em seu mais plural aspecto a partir de fronteiras permeáveis e o constante contato entre os povos na da Antiguidade Romana, tendo as evidências arqueológicas e epigráficas como fortes desafiadora a narrativa do Império de Augusto e possibilitam reconstruções alternativas sobre seus acontecimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em nossa pesquisa buscamos reforçar, a partir dos diálogos e análises aqui estabelecidos sobre a África Antiga e as suas mulheres proeminentes, temas essenciais que valorizem a pluralidade cultural, desconstruindo as visões estereotipadas historicamente construídas que marginalizaram o continente africano e suas contribuições. Vemos que a historiografia tradicional europeia, durante séculos, retratou a África sob uma ótica eurocêntrica, relegando-a a um status de inferioridade e negando suas organizações políticas e culturais. Os movimentos de descolonização nos ajudaram a reverter esse olhar obscuro sobre uma população tão plural, resgatando e valorizando as contribuições africanas em diversas áreas. A coleção “História Geral da África” patrocinada pela UNESCO foi um grande marco para a construção de um novo olhar sobre a história do povo africano, entretanto, mesmo que essencial, está longe de suprir os anos renegados à História.

Novos debates devem ser criados todos os anos não só pela academia, mas pela sociedade em seu todo. Alcançaremos a reparação com esses povos a partir do momento em que entendermos eles como parte integrante do mundo do qual vivemos e daqueles frequentemente estudado, como o caso da Roma Antiga. Ao compreendermos, de modo crítico, que as riquezas do mundo europeu foram construídas a partir, principalmente, das populações africanas das quais fizeram questão de retratá-las como troféus, enchendo seus museus com “suas conquistas africanas”, estaremos no caminho certo da reparação.

Entretanto, enfrentamos ainda hoje, o desafio de ensinar sobre a História da África para além de seu reducionismo à escravidão e mazelas, como se os africanos fossem apenas uma força de trabalho, apagando suas lutas contra o sistema de dominação sobre eles. A carência de recursos adequados, como materiais didáticos de qualidade e o apoio insuficiente aos professores, contribuem para uma visão estereotipada. Vemos que o currículo é, em grande parte, um reflexo das lacunas na educação, que negligenciam a rica história anterior à colonização europeia.

Não obstante encontra-se a História das Mulheres frequentemente retratada a partir do olhar masculino, o que contribuiu para a construção de uma visão distorcida e limitada de suas vidas e todas suas contribuições em seu contexto histórico. Essa vertente da História começou a ganhar espaço a partir da ampliação dos estudos de

gênero, que viabilizaram o papel das mulheres na história e suas relações de poder junto com o movimento feministas do século XIX.

Portanto, vemos no ensino de História da África Antiga, a partir do lugar de liderança feminino das Candaces, uma vertente para entendermos uma sociedade além do já retratado frequentemente. Nos apoiando na literatura Antiga de autores clássicos como Heródoto, Estrabão, Plínio e Dião Cássio, foi possível observar através da análise de seus discursos curiosos, que essas mulheres desempenhavam papéis variados, participando de modo autônomo das esferas econômica, religiosa, política e familiar, mesmo aquelas fora dos espaços de poder.

A matrifocalidade era um traço distintivo na África Antiga, tendo o poder das mulheres fortalecido pela maternidade e seu papel sagrado na manutenção da vida. Na sociedade africana de Kush, o gênero não determinava o futuro das mulheres. Poderiam essas serem mães, irmãs, esposas, rainhas, líderes militares, governantes, diplomatas, negociadoras, comerciantes, chefe de família ou ainda, todos esses ao mesmo tempo. Essas mulheres poderiam estar em lugares destinados a homens e exercê-los tão bem quanto eles. As Candaces Amanirenas e Amanishakheto não apenas exerceram o poder político como também desafiaram as normas de gênero estabelecidas na historiografia tradicional, especialmente as narrativas centradas no Egito e Roma, que tendem a minimizar sua influência.

As Candaces governavam em uma sociedade que reverenciava o papel das mulheres, especialmente na ancestralidade, legitimadora da ascensão de líderes femininas. A linhagem matrilinear de Kush reforçava a complementaridade de gêneros mesmo quando um homem estava no papel de governante, destacando-se frente às lideranças masculinas exercidas por Roma, ampliando nosso debate sobre a complexidade do poder feminino na Antiguidade.

Essas rainhas guerreiras enfrentaram o Império Romano em batalhas estratégicas. Apesar da narrativa romana minimizar seu sucesso, Amanirenas realizou negociações diretas com o próprio Imperador Augusto, provando o poder militar e diplomático de Kush, enquanto Amanishakheto expandiu e consolidou o legado de suas antecessoras, fortalecendo o comércio e construindo templos, deixando um rico tesouro que evidencia sua importância religiosa e política.

As rainhas africanas nos ilustram a representatividade feminina na Antiguidade como personagens que desafiaram a passividade atribuída às mulheres em diversas sociedades, trazendo um ponto de vista pós-colonial que reinterpreta a História a partir

de uma ótica africana e de gênero. O estudo dessas representações, nos ilustra como o viés masculino tradicional obscureceu a verdadeira participação e agência feminina, especialmente em culturas matrifocais, como no Reino de Kush. Mesmo que entrelaçadas por estigmas, reforçam o papel ativo das mulheres em posições de liderança, permitindo que as estudemos hoje como agentes de mudança em vez de figuras secundárias e passivas.

Com isso em mente, podemos concluir que a análise contemporânea contribui para preencher as lacunas históricas e corrigir a narrativa sobre a relevância dessas mulheres na história, bem como criar uma nova base de representatividade para os alunos de mulheres negras em espaços de poder, liderando e administrando uma sociedade com sabedoria e proeminência.

6 REFERÊNCIAS

Fontes

CASSIUS DIO. *Roman History*. Volume VI: Books 51-55. Translated by Earnest Cary, Herbert B. Foster. Loeb Classical Library 83. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1917. Disponível em: [Cassius Dio — Book 54](#) Acessado em: 1 nov. 2024.

ESTRABÓN. *Geografía*. Libros XV – XVII. Tradução de Juan Luis García Alonso, Maria Paz de Hoz García-Bellido, Sofia Torallas Tovar. Madrid: Editorial Gredos, 2015.

HERODOTUS. *The Histories*. Book II – Euterpe. Translated by A. D. Godley, Ed. Cambridge: Harvard University Press, 1920. Disponível em: [Herodotus. The Histories, Book 2, chapter 1, section 1](#). Acessado em 1 nov. 2024.

PLÍNIO. *Naturalis Historia*. Tradução de Encamación del Barrio Sanz (Livro V). Ed. Gredos, 1998.

STRABO. *Geography*. Translated by H. C. Hamilton, W. Falconer. Ed. George Bell & Sons, 1903. Disponível em: [Strabo, Geography, BOOK XVII](#). Acessado em: 1 nov. 2024

Bibliografia

ADAM, Shehata; VERCOUTTER, J. **A importância da Núbia: um elo entre a África central e o Mediterrâneo**. In: UNESCO. **História geral da África, II: África antiga**. Tradução: Carlos Henrique Davidoff. 2. ed. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1983. p. 39-71. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000110340> . Acesso em: 23 de ago. 2023.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

ASSUMPCÃO, Luis Filipe Bantim; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. O livro didático e o Ensino de História Antiga – desafios no presente e problemas do passado. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, v. 2, n. 6, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/view/10532>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BARBOSA, Renata Cerqueira. **Gênero e Antiguidade: Representações e Discursos**. HISTÓRIA REVISTA (ONLINE) , v. 12, p. 353-364, 2009.

BARBOSA, K. Q. **Imagens da África: Alteridade e Identidade na Expansão Portuguesa do Século XV**. In: XVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. XVII Simpósio Nacional de História, 2013. p. 1-13.

BISPO, Cristiano. **Candaces: dois discursos, duas representações**. Revista eletrônica de Antiguidade. Ano II – Número IV, 2009.

BISPO, Cristiano. **Narrativa, Identidade e Alteridade nas Interações entre atenienses e etíopes macróbios nos séculos VI e V a. C.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2006. de Antiguidade. Ano II – Número IV, 2009, p. 9.

BISPO, Cristiano. **Ensino de História e os novos desafios curriculares: Discursos, Representações e Formação de professores**. V. 1, N. 1, 2010.

BOCK, Gisela. **História, História das mulheres, História do gênero**. Departamento de História e Civilização, Instituto Universitário Europeo, Florença – Universidade de Bielefeld. Fazer e desfazer história, número 4. Nov, 1989.

BORGES, Airan Dos Santos; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA E AS POTENCIALIDADES DA CULTURA MATERIAL: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES**. In: BUENO, André; CAMPOS, Carlos Eduardo; BORGES, Airan (org.) **Ensino de História Antiga**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2020.

BUENO, André. **Introdução ao orientalismo**. 2004. Disponível em: <<https://sinografia.blogspot.com/2007/07/introducao-ao-orientalismo-2004.html>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

_____. **Textos sobre História das Mulheres**. Prefácio Dulceli T. Estacheski. Rio de Janeiro: Ebook, 2016.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum (29 AEC ? 14 EC)**. 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CANDIDO, Maria Regina. **A África Antiga sob a ótica dos clássicos gregos e o viés africanista**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 2018

CARRILHO, S. M. M. **Representações do Feminino nas histórias de Heródoto**. 2013. Dissertação de Mestrado em Estudos Clássicos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2014.

DAVIS, Natalie Zemon. **"Women's History" in Transition: The European Case**. In: **Feminist Studies**, Vol. 3, No. 3/4 (Spring - Summer, 1976), pp. 83-10.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres: as vozes do silêncio**. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

DESANGES, Jehan. **Strabo's Libya**. In: DUECK, Daniela (Ed.). *The Routledge Companion to Strabo*. London, New York: Routledge, 2017, p. 102-110.

DOVE, Nah. **Mulherisma Africana – uma teoria afrocêntrica**. Tradução de Wellington Agudá. *JORNAL DE ESTUDOS NEGROS*, Vol. 28, No 5, Maio de 1998, p. 8.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. **História e Gênero: reflexões sobre a trajetória historiográfica no Brasil**. *Mais que Amélias*, v. 1, p. 01-13, 2016.

FARIA, Bruna Francyne de. **Para uma história mista da Antiguidade: agência feminina, análise de livros didáticos brasileiros brasileiros e o estudo das mulheres romanas na educação básica**. 2024. 77 f. Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024.

FAGE, J. D. **The Cambridge history of Africa**. Vol. 2: From c. 500 BC to AD 1050. Cambridge University Press, 2008, p. 241.

FERREIRA, L. S. **Entre a Penélope homérica e a Penélope ovidiana: olhares sobre o feminino na literatura da antiguidade**. In: DE CAMPOS, Daniela; CHAVES, Eduardo dos S.; LEITE, Maria Cláudia Moraes. **História e literatura: relações possíveis**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

FRANCISCO, G. da S. **O Lugar da História Antiga no Brasil. Mare Nostrum**, [S.I.], v.8, n.8, p.30-61, 2017.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/138860>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FURLANI, J. C. **A África no Mundo Antigo: palavras iniciais**. In: FURLANI, J. C. (org.). **A África no Mundo Antigo: possibilidades de ensino e pesquisa**. Serra: Milfontes, 2019, p. 16-21.

GONÇALVES, Pablo Hafez Xavier. **Estudos sobre o espaço africano nas "Histórias" de Heródoto e sua relação com o surgimento da Geografia**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/90fc0729-db35-42fc-bc4a-496067c06f39/2017_PabloHafezXavierGoncalves.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica Estrutural – Pesquisa de Método**. São Paulo: Cultrix, 1973, p.42-50.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1979, p. 125-30.

GUARINELLO, N. L. **Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. Politeia - História e Sociedade**, [S. 1.], v. 3, n. 1, 2010.

Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3935>. Acesso em: 15 abr. 2022.

HARKLESS, Necia Desiree. **Nubian pharaohs and meroitic kings – the kingdom of Kush**. Bloomington: Author House, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da História**. 2ª edição. Trad. Maria Rodrigues e Harden. Brasília: Editora da UnB, 1999.

KI-ZERBO, Joseph (ed.). KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

KUCKERTZ Josefine. **Amanishakheto: A Meroitic Ruling Queen of the Late 1st Cent. BC / Early 1st Cent. AD**. In: DROSS-KRÜPE, Kerstin / FINK, Sebastian (Hg.):

Powerful Women in the Ancient World. Perception and (Self)Presentation. Münster: Zaphon, 2021.

JUNQUEIRA, N. M. **Heródoto e as mulheres egípcias: a construção dos comportamentos femininos no segundo logos das Histórias.** HERÓDOTO - REVISTA DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A ANTIGUIDADE CLÁSSICA E SUAS CONEXÕES AFRO-ASIÁTICAS , v. 3, p. 188-205, 2018.

LECLANT, J. **O Império de Kush: Napata e Meroé.** 2011. In: UNESCO. **História geral da África, II: África antiga.** Tradução: Carlos Henrique Davidoff. 2. ed. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1983. p. 39-71. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000110340> . Acesso em: 23 de ago. 2023.

LEPELLEY, C. **Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte.** Heródoto, n. 1, v. 1, p. 418- 437, 2016.

LEMONS, R. **Pode a história da África Antiga ser contada através de autores greco-romanos?** Tempo, v. 26, n. 2, p. 493-499, 2020.

LIMA NETO, B. M. . **Os Líbios na África Romana: novas perspectivas historiográficas a partir das escavações arqueológicas em Ghizar e no Fazzan.** Revista Diálogos Mediterrânicos , v. 19, p. 3-21, 2020.

_____.**Prefácio.** In: FURLANI, J. C. (org.). **A África no Mundo Antigo: possibilidades de ensino e pesquisa.** Serra: Milfontes, 2019, p. 9-15.

LOHWASSER, Angelika. **Queenship in Kush: Status, Role and Ideology of Royal Women.** Journal of the American Research Center in Egypt 38, 2001, p. 61-76

MACEDO, José Rivair. **Entrevista com José Rivair Macedo: a consolidação do campo de História da África Antiga no Brasil.** Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos, [S. l.], n. 10, p. 11–25, 2017. DOI: 10.17648/rom.v0i10.18969. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/18969>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MUNANGA, K. **Por que ensinar a História da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 62, p. 20-31, 2015.

NAGM-EL-DIN MOHAMED SHERIF. **A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã)**. In: MOKHTAR, G. (coord.). **História geral da África, II: África antiga** / editado por Gamal Mokhtar. – 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África; Diálogo entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da História da África no Mundo Atlântico (1990-2005)**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África em perspectiva: caminhos e descaminhos da historiografia africana e africanista**. Revista Múltipla (UPIS) , Brasília, v. 9, n.16, p. 9-40, 2004.

OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli de; MATTOS, Regiane Augusto de. **Senhoras da Núbia: as candaces na cultura material em Kush (África, I AEC - I EC)**. Rio de Janeiro, 2019, 175 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

PINA, Edjalma Nepomoceno. **De quantas maneiras é possível contar a História da África Antiga?**Revista de Estudos Grecolatinos, n. 19, p. 200-206, 2022.

REDE, Marcelo. **História a partir das Coisas: Tendências Recentes nos Estudos de Cultura Material**. Anais do Museu Paulista , São Paulo, v. 4, p. 265-282, 1996.

RIBEIRO, Alaide Matias. **A África na Geografia de Estrabão: a construção de paisagens egípcias, etíopes e líbias no Império Romano - volume I**. 2022 .Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa, Editora Seara Nova, 1975.

ROSS, Larry. **Nubia and Egypt, 10,000 B.C. to 400 A.D: From prehistory to the Meroitic period**. The Edwin Mellen Press, 2013.

SAGREDO, Raisa. **Raça e etnicidade: questões e debates em torno da (des)africanização do Egito Antigo**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) -

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180903> . Acesso em: 23 de ago. de 2023.

SAGREDO, Raísa. **Amanishaketo**. In: Semíramis Corsi Silva; Rafael Martiello Brunhara; Ivan Vieira Neto. (Org.). **Compêndio Histórico de Mulheres na Antiguidade**. 1ed.Goiânia: Tempestiva, 2021, v. 1, p. 407-412.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como uma invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Letras, 2007.

SANTANA, Antonio Santana, PEREIRA Trinidad Arcos. **África según Plínio: una aproximación cartográfica**. In: **L'Africa romana XVII, Sevilla 2006. Roma: 2008, pp. 2527-253 2**.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, É. C. M. . **Os impérios africanos do Mundo Antigo: Kush e Axum**. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V.; MOTTA, K. S.. (Org.). **O espelho negro de uma nação: a África e sua importância na formação do Brasil**. 1ed.Vitória: Edufes, 2019, v. 1, p. 43-72.

SILVA, S. C. ; BRUNHARA, R. (Org.) ; VIEIRA NETO, I. (Org.) . **COMPÊNDIO HISTÓRICO DE MULHERES DA ANTIGUIDADE Vol. 1: A Presença das Mulheres na Literatura e na História**. 1. ed. Goiania: Tempestiva, 2021. v. 1. 1096p .

SOARES, C. S. **Algumas considerações acerca do ensino de História da África a partir da utilização de autores da Antiguidade**. In: João Carlos Furlani. (Org.). **Algumas considerações acerca do ensino de História da África a partir da utilização de autores da Antiguidade**. 1ed.Serra: Mil Fontes, 2019, v. 1, p. 244-269.

SOUZA, Marina de Mello e. **Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de História da África**. Revista História Hoje , v. 1, p. 17-28, 2012.

SOUZA NETO, J. M. G. de. **Uma velha África: Heródoto e o ensino de História da África**. In: OLIVEIRA, F.; TEIXEIRA, C.; DIAS, P. B. (Coord.). **Espaços e paisagens: Antiguidade Clássica e heranças contemporâneas**. Coimbra: Annablume, 2015, p. 428.

STRIJBOS, J.C. **Queen Amanishakheto**. Disponível em <https://www.academia.edu/33724971/Amanishakheto> . Acesso em 20 de Agosto de 2019.

TOROK, Laszlo. **The kingdom of Kush: handbook of the Napatan-Meroitic civilization Handbook of Oriental studies**. Brill, 1997.

TORCHE, Julia. **The roman egyptian-nubian frontier during the reigns of Augustus and Amanirenas: archaeological evidence from Talmis, Qasr Ibrim, and Meroé**. Journal of Ancient Egyptian Interconnections, vol. 36, p. 3-18, 2022.

VERCOUTTER J. **Un Palais des "Candaces" contemporain d'Auguste**. (Fouilles de Wab-ban-Naga 1958-1960). In: Syria. Tome 39 fascicule 3-4, 1962. pp. 263-299;

VIEIRA, F.A. **Os filhos da Núbia: etnicidade, deslocamentos e circulações culturais na África Antiga sob a XVIII dinastia egípcia**. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/i266Nc> . Acesso: 23 ago. 2023.

ZAVALLIS, Vinicius Moretti. **Entre História da África e Currículo: a proposta da oficina Seriam os antigos egípcios brancos ou negros?**. Fatos e Versões - Revista de História, v.10, n.º20, 2018.